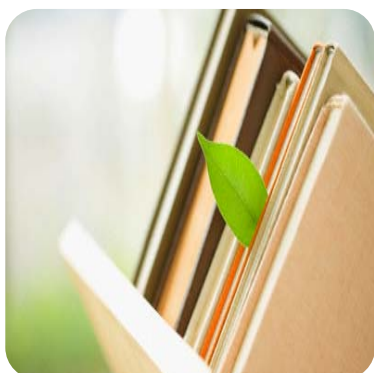


Agenda 21 Local de Vendas Novas

DIAGNÓSTICO SELECTIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Volume 2: Relatório de Leitura dos Documentos de Referência Estratégica



Elaborado para a
Câmara Municipal de Vendas Novas
Por
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
e
CIVITAS 21 – Comunidades Sustentáveis
Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente
Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa
Julho de 2010

FICHA TÉCNICA

CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



Tel. 265 807 700
<http://www.cm-vendasnovas.pt>
<http://www.cm-vendasnovas.pt/agenda21-vn/>

Eng.º Jorge Quintas
Dr.ª Cármen Lobinho
Dr.ª Zita Brites
Dr. César Florindo

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL



Tel. 266 749 420
<http://www.cimac.pt>
E-mail: cimac@mail.telepac.pt

Arq. André Espenica
Dr.ª Ana Isa Coelho
Dr.ª Margarida Almeida

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA DO AMBIENTE



Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)
Universidade Nova de Lisboa (UNL)
Tel. 212 949 691
<http://www.civitas21.pt>
E-mail: civitas21@fct.unl.pt

Prof. Doutor João Farinha
Eng.ª Carmen Quaresma
Dr.ª Maria José Sousa
Dr.ª Sónia Silva

Projecto Co-financiado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

ESTRUTURA DO DOCUMENTO

O **Diagnóstico Selectivo do Desenvolvimento Sustentável** realizado no âmbito da Agenda 21 Local de Vendas Novas é constituído pelos seguintes 4 Volumes:

Volume 1: Relatório Síntese do Diagnóstico

Volume 2: Relatório de Leitura dos Documentos de Referência Estratégica

Volume 3: Relatórios Específicos para cada Freguesia do Concelho

- **Diagnóstico Sintético da Freguesia da Landeira**
- **Diagnostico Sintético da Freguesia de Vendas Novas**

Volume 4: Relatório do 1º Fórum de Participação Pública

Por razões de operacionalidade e pela dimensão de cada relatório optou-se por efectuar volumes separados, podendo assim mais facilmente serem divulgados, distribuídos e consultados.

ÍNDICE

1. CONTEXTO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA DO RELATÓRIO DE LEITURA	6
2. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS	7
3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2010 - 2013	8
4. REGISTO EM FICHAS DE LEITURA	9
FICHA N.º 1 - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	9
FICHA N.º 2 - Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	11
FICHA N.º 3 - Quadro de Referência Estratégico Nacional	14
FICHA N.º 4 - Programa de Desenvolvimento Rural – PRODER	16
FICHA N.º 5 - Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural	19
FICHA N.º 6 - Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT).....	21
FICHA N.º 7 - Plano Sectorial da Rede Natura	24
FICHA N.º 8 - Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação	27
FICHA N.º 9 - Portugal Logístico - Rede de Plataformas Logísticas.....	29
FICHA N.º 10 - Plano Estratégico de Transportes – 2008- 2020	31
FICHA N.º 11 - Orientações Estratégicas do Sector Ferroviário	34
FICHA N.º 12 - Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde.....	36
FICHA N.º 13 - Estratégia Nacional para os efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI)	38
FICHA N.º 14 - Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II).....	40
FICHA N.º 15 - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEEAASR II)	42
FICHA N.º 16 - Plano Regional de Ordenamento do Território - Oeste e Vale do Tejo	45
FICHA N.º 17 - Plano Regional de Ordenamento do Território Área Metropolitana de Lisboa	47
FICHA N.º 18 - Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo.....	49
FICHA N.º 19 - Programa Territorial de Desenvolvimento do Alentejo Central	55
FICHA N.º 20 - Programa Operacional da Região Alentejo.....	59
FICHA N.º 21 - Programa Regional de Inovação do Alentejo – PRIA	62
FICHA N.º 22 - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central	65
FICHA N.º 23 - Corredor Azul - Rede Urbana para a inovação e competitividade	69
FICHA N.º 24 - Plano Director Municipal de Vendas Novas (PDM).....	71

FICHA N.º25 – Plano de Urbanização da Cidade de Vendas Novas – Pré Proposta.....	73
FICHA N.º 26 - Plano de Urbanização da Landeira – Proposta.....	76
FICHA N.º27 - Plano de Pormenor – Entrada Sul – Parque da Cidade.....	78
FICHA N.º 28 - Vendas Novas 2020: Estratégia de Desenvolvimento.....	80
FICHA N.º 29 - Plano Municipal do Ambiente de Vendas Novas (PMA).....	84
FICHA N.º 30 - Carta Educativa do Concelho de Vendas Novas.....	86
FICHA N.º 31- Diagnóstico Social de Vendas Novas – 2007 – 2010	88
FICHA N.º 32 - Plano Estratégico concelhio para a Área Social de Vendas Novas – 2009 - 2017	90
FICHA N.º 33 - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Vendas	92
FICHA N.º 34 - Mobilidade Sustentável em Vendas Novas - Relatório de Propostas.....	95
FICHA N.º 35 – Vendas Novas Saudável - Plano de Desenvolvimento de Saúde	97
FICHA N.º 36 – Regeneração Urbana do Centro Tradicional de Vendas Novas	100
5. ESQUEMA CONCEPTUAL DOS DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	103

1. CONTEXTO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA DO RELATÓRIO DE LEITURA

A Agenda 21 Local (A21L) é um instrumento para a promoção do desenvolvimento sustentável a nível local. Trata-se de um plano estratégico e operativo de âmbito municipal e de carácter fortemente participado, que visa delinear estratégias e projectos prioritários para o desenvolvimento sustentável do concelho.

A fase inicial do processo da A21L é constituída pelo diagnóstico da situação existente. A A21L tem vida própria devendo, no entanto, a sua estratégia estar na linha de orientação dos restantes planos ou programas de incidência nacional, regional e local. O presente documento insere-se no Diagnóstico Selectivo do Desenvolvimento Sustentável e tem como objectivo principal efectuar o levantamento e o registo em fichas de leitura de estudos, programas, planos, projectos ou outros documentos relevantes para o desenvolvimento sustentável de Vendas Novas.

Trata-se de uma etapa importante não só para que a equipa técnica da A21L tome conhecimento do conteúdo destes documentos já existentes (ou que estão em adiantada fase de elaboração) e assim possa devidamente considerá-los e fazer uma boa articulação com esse corpo de conhecimentos preexistentes. Mas, também para que essa informação seja devidamente sistematizada e mais acessível a outros actores locais também envolvidos no processo de desenvolvimento sustentável do seu concelho. Esta informação é indispensável para um processo de participação informado e robusto.

Pela natureza do seu âmbito, este trabalho de sistematização de informação não está nunca totalmente terminado. É sempre possível completar com outros documentos, nomeadamente com os existentes em outras entidades da administração pública ou em outros actores da sociedade civil, os quais são por vezes um pouco mais difíceis de detectar.

A metodologia para a realização do trabalho optou por centrar a atenção prioritariamente nos documentos mais actuais e existentes no interior da própria autarquia. Uma vez o documento detectado, foi consultado pela equipa técnica da A21L e foi preenchida uma ficha de registo de leitura para cada um deles, que aqui se reproduz.

Por último, foi elaborado um Esquema Conceptual dos Documentos de Referência Estratégica sistematizando a paisagem de propostas estratégicas e de abordagens preexistentes.

Apresentam-se, em seguida, os documentos relevantes para o desenvolvimento sustentável do concelho de Vendas Novas, estruturados segundo 3 níveis: nacional, regional e local.

2. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

O caminho a seguir pela Câmara Municipal de Vendas Novas para alcançar os objectivos propostos na sua estratégia de sustentabilidade estão bem presentes na mensagem do seu Presidente, disponível na página da Internet¹ da Câmara Municipal. Dada a sua relevância para a A21L, optou-se por a transcrever na íntegra:



José Figueira
Presidente da Câmara
Municipal de Vendas
Novas

“O Município de Vendas Novas continua apostado em dar continuidade ao processo de desenvolvimento sustentável, com preocupações económicas, sociais, culturais e ambientais, de há muito definido.

Com efeito, terminado um ciclo político que se concretizou com a execução de obras, projectos, actividades e acções, que em muito qualificaram o nosso território e criaram melhores condições para assegurar uma maior coesão social, delinearam-se linhas de orientação e objectivos de trabalho de curto, médio e longo prazo que se vieram a consignar no Estratégia de Desenvolvimento: Vendas Novas 2020. Esta estratégia incorpora igualmente um Plano de Acção para o período que se prolongará para além de 2013, data em que termina o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN – Fundos Comunitários).

Temos pela frente um novo mandato (2009-2013), em que não só queremos assegurar a implementação da referida estratégia assente em quatro Eixos de Desenvolvimento e 14 Acções Integradas, como pretendemos concretizar os compromissos assumidos em torno de 10 objectivos que impõem a execução não só de obras e projectos que estão em curso como outros que são fundamentais para assegurar o crescimento económico, a criação de riqueza, e emprego. Na preocupação das nossas políticas municipais estão primeiro as PESSOAS e por isso asseguramos padrões de Bem-estar e Qualidade de Vida das Populações

A responsabilidade que nos é dada, segundo os dados oficiais do INE – Instituto Nacional de Estatística, de sermos o Concelho que, no período de 1991-2008, mais cresceu em termos populacionais na região Alentejo (cerca de 19%), determina que continuemos apostados em “Construir a Sustentabilidade de uma Localização Privilegiada”, que potenciando os recursos endógenos, não deixará de aproveitar a “janela de oportunidades” derivada dessa mesma localização, no “principal corredor Urbano/Industrial” do Alentejo Central, e coincidente com a principal rede rodo-ferroviária que liga Lisboa – Madrid, assim como com os novos Projectos de Infra-estruturas aeroportuárias, logísticas e ferroviárias associadas ao Novo Aeroporto Internacional de Lisboa; à Plataforma Logística do Poceirão-Marateca; à Rede de Alta Velocidade/TGV e à qualificação/electrificação da linha ferroviária do Alentejo, entre Vendas Novas (Bombel) – Casa Branca - Évora. Estes projectos, estando próximos do nosso território, vão colocar-nos o desafio de fazer de Vendas Novas um “Território atractivo para Viver, Visitar, Investir e Trabalhar”.

Manifestamos a nossa disponibilidade para trabalhar e assegurar o desenvolvimento do Concelho de Vendas Novas e contribuir, desse modo, para o desenvolvimento do Alentejo e do País.”

¹ <http://www.cm-vendasnovas.pt/pt/conteudos/municipio/mensagem+do+presidente/>; consultado em 10 de Fevereiro de 2010.

3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2010 - 2013

A Câmara Municipal de Vendas Novas procurou nas Grandes Opções do Plano (GOP's) para o ciclo 2010-2013 afirmar o compromisso político de dar continuidade a um trabalho em que a valorização das pessoas está em primeiro lugar, a par de uma intervenção prioritária na qualificação urbana, no desenvolvimento de políticas direccionadas para os idosos, crianças, jovens e famílias carenciadas e na modernização e melhoria dos serviços prestados aos munícipes (população e empresas). Por outro lado, reafirma o empenho nas actividades da responsabilidade do Município, ao nível das suas múltiplas componentes, designadamente, educativas, culturais, associativas, sociais, desportivas e ambientais.

Nas Grandes Opções do Plano 2010-2013, a Câmara Municipal de Vendas Novas assume igualmente o desenvolvimento da estratégia global preconizada no **Plano Estratégico de Desenvolvimento – Vendas Novas 2020** e no correspondente **Plano de Acção 2007-2013**, que constituem documentos de orientação estratégica do concelho e da acção do município, mas também dos actores da sociedade civil. Nele estão definidos objectivos estratégicos, acções integradas, promotores e parcerias, projectos e acções ao nível local, supra-municipal e regional, para que Vendas Novas cumpra o desígnio integrador e mobilizador, perspectivado no horizonte de 2020, de **"Construir a Sustentabilidade de uma Localização Privilegiada, tornando este território cada mais atractivo para Viver, Visitar, Investir e Trabalhar"** e assim, contribuir para transformar o concelho de Vendas Novas um local mais competitivo, solidário, culto e com qualidade de vida.

Esta estratégia, consubstanciada no **Plano Estratégico de Desenvolvimento – Vendas Novas 2020**, assenta em 4 eixos fundamentais e 14 acções integradas (Ver Ficha n.º 28).

Este documento considera ainda fundamental desenvolver a actividade municipal e prosseguir os objectivos preconizados com uma gestão democrática e participativa, envolvendo os cidadãos, os trabalhadores da autarquia e todos os agentes do concelho, aprofundando parcerias estratégicas com todas as instituições e reforçando o quadro de cooperação intermunicipal, regional, nacional e institucional do município.

4. REGISTO EM FICHAS DE LEITURA

FICHA N.º 1 - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

Entidade que o elaborou: Agência Portuguesa do Ambiente

Data: 2006

Coordenador / Autor do Documento: Agência Portuguesa do Ambiente

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☒ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO:

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) foi concebida como uma arquitectura de integração e projecção no horizonte de 2015 dos diversos instrumentos de planeamento estratégico do Governo, em particular do Programa Nacional de Reformas (PNACE), do Plano Tecnológico (PT), do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e das estratégias e medidas sectoriais que os integram.

A ENDS constitui o quadro que orienta o esforço de aproximação de Portugal aos padrões de desenvolvimento dos países mais avançados da União Europeia, assegurando o equilíbrio da dimensão económica, social e ambiental do desenvolvimento e contemplando uma estreita articulação com o Quadro de Referência Estratégica Nacional, o qual constitui o suporte de programação de iniciativas co-financiadas por fundos comunitários.

A ENDS está organizada em duas Partes. A Parte I, é composta pela Introdução e por dois Capítulos. O primeiro Capítulo caracteriza a situação de partida em termos qualitativos (análise SWOT) e quantitativos (indicadores de referência).

No segundo Capítulo são desenvolvidos os objectivos traduzindo-os em prioridades estratégicas, vectores estratégicos e metas a atingir. Na Parte II é enunciado o Plano de Implementação da ENDS para Portugal Continental, baseado na articulação dos instrumentos existentes e contidos em planos de acção global ou sectorial em vigor, sendo também enunciadas as especificidades da aplicação da ENDS nas Regiões Autónomas.



VISÃO ESTRATÉGICA

Com as metas transversais para 2015 incluídas na ENDS pretende-se colocar Portugal num patamar de desenvolvimento económico mais próximo da média europeia, melhorar a posição do País no índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e reduzir o défice ecológico em Portugal.

OBJECTIVOS

A ENDS encontra-se estruturada em torno dos sete seguintes objectivos estratégicos, os quais se encontram desdobrados em prioridades e vectores:

- Preparar Portugal para a «Sociedade do Conhecimento»;
- Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética;
- Melhor Ambiente e Valorização do Património;
- Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social;
- Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território;
- Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional;
- Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

- Uma economia, competitiva à escala global, orientada para actividades de futuro e criadora de emprego;
- Um novo impulso à inovação empresarial;
- Crescimento económico mais eficiente no uso da energia e dos recursos naturais e com menor impacto no ambiente, designadamente nas alterações climáticas;
- Actividades agrícolas e florestais desenvolvidas em base sustentável, compatibilizadas com a conservação da natureza e a valorização da paisagem;
- Conservação da natureza e da biodiversidade articulada com as políticas sectoriais e de combate à desertificação;
- Educação, informação e justiça ambientais;
- Equidade, melhor prestação e sustentabilidade financeira dos sistemas de protecção social;
- Reforço da prevenção e reabilitação orientadas para ganhos em saúde;
- Dinâmica de emprego que promova a qualidade de vida no trabalho e a integração social;
- Sociedade inclusiva que promova redes de solidariedade e comunidades dinâmicas;
- Acessibilidades que contribuam para a coesão territorial e para um modelo territorial mais policêntrico;
- Cidades atractivas, acessíveis e sustentáveis.

FICHA N.º 2 - Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

Entidade que o elaborou: Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Data: 2006

Coordenador/Autor do Documento: Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
 Plano ☐ Política ☒ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
 Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O PNPOT está organizado em 3 capítulos.

No **capítulo 1** – Orientações Gerais – são retomadas, de forma direccionada para a acção, a visão, as opções estratégicas e o modelo territorial apresentados no capítulo 4 do Relatório – Portugal 2025: Estratégia e Modelo Territorial, o qual surge na sequência de três capítulos anteriores, respectivamente, de enquadramento do país no contexto ibérico, europeu, atlântico e mundial (capítulo 1), de caracterização das condicionantes, problemas, tendências e cenários de desenvolvimento territorial de Portugal (capítulo 2) e de diagnóstico estratégico das várias regiões (capítulo 3).

No **capítulo 2** – Programa das Políticas – apresenta-se e fundamenta-se o conjunto articulado de objectivos estratégicos, objectivos específicos e medidas que especificam, respectivamente, o rumo traçado no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) para o Portugal 2025, as principais linhas de intervenção a desenvolver com essa finalidade e, ainda, as acções prioritárias que permitirão concretizar o rumo e as linhas de intervenção propostas.

Este capítulo contém, assim, um quadro integrado de compromissos do conjunto das políticas com incidência territorial na prossecução da estratégia e dos objectivos do PNPOT, cujas estrutura e tradução em termos de responsabilidades de acção governativa são analisadas na sua parte final.

O **capítulo 3** – Directrizes para os Instrumentos de Gestão Territorial – especifica o modo como os diversos instrumentos de gestão territorial deverão contribuir para concretizar a estratégia e o programa de acção estabelecidos no PNPOT, começando por enquadrar globalmente a sua relação

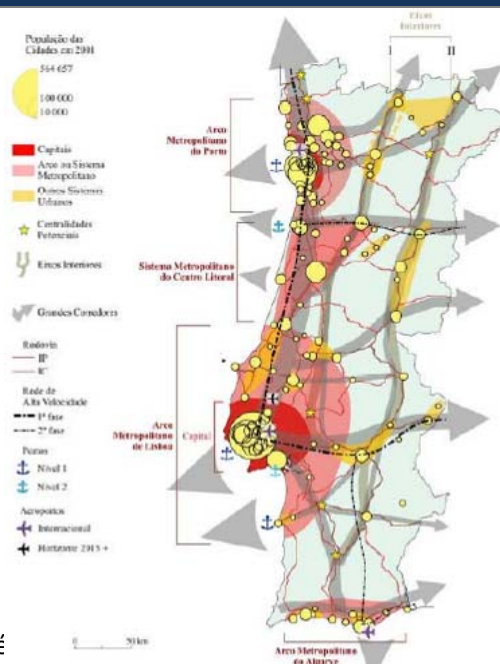
BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

com os outros Instrumentos de Gestão Territorial e apresentando, depois, orientações específicas para cada um dos respectivos tipos.

VISÃO ESTRATÉGICA

UM ESPAÇO SUSTENTÁVEL E BEM ORDENADO:

- Preservar o quadro natural e paisagísticos em particular os recursos hídricos, a zona costeira, a floresta e os espaços de potencial agrícola;
- Gerir e valorizar as áreas classificadas integrantes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- Articular os sistemas de “espaços abertos” de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infra-estruturas;
- Estruturar núcleos que contrariem a tendência para a urbanização continua ao longo da faixa litoral.



UMA ECONOMIA ABERTA, INTEGRADA E COMPETITIVA

- Reforçar a integração do território nacional através do sistema urbano;
- Valorizar o papel estratégico da Região Metropolitana, da aglomeração urbano-industrial do Noroeste, e das regiões turísticas de valia internacional do Algarve, da Madeira e outros pólos emergentes para afirmação de Portugal;
- Desenvolver redes de conectividade internacional que conjuguem as necessidades de integração ibérica europeia com a valorização da vertente atlântica e a conservação de novas centralidades urbanas;
- Estruturar sistemas urbanos sub-regionais de forma a constituir pólos de competitividade regional, em particular no interior.

UM TERRITÓRIO EQUITATIVO EM TERMOS DE DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR

- Definir o sistema urbano como critério orientador do desenho das redes de infra-estruturas e de equipamentos colectivos, cobrindo de forma adequada o conjunto do País e estruturando os sistemas de acessibilidades e mobilidades em função de um maior equilíbrio no acesso às funções urbanas de nível superior;
- Promover redes de cidades e subsistemas urbanos locais policêntricos que permitam a qualificação dos serviços prestados à população e às actividades económicas;

OBJECTIVOS

- Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e

cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

- Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração no espaço ibérico, europeu, atlântico e global.
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.
- Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.
- Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública.
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

- A construção do novo Aeroporto Internacional de Lisboa, o desenvolvimento da rede ferroviária de alta velocidade e a criação de um corredor multimodal para mercadorias que ligue o sistema portuário Lisboa/Setúbal/Sines a Espanha e ao centro da Europa;
- O potencial estruturante do eixo Lisboa - Badajoz, conjugando a qualificação das funções terciárias de Évora com alguma capacidade de atracção industrial e logística;
- Valorização de produções tradicionais, como o vinho e o azeite, potencialidades no domínio da fruticultura e da horticultura;
- Potenciar as relações funcionais com a Lisboa pela sua proximidade;
- Consolidar o eixo Vendas Novas-Évora-Estremoz-Elvas tirando partido da sua acessibilidade internacional e promover o eixo Vendas Novas – Montemor – Évora como um espaço dinâmico de desconcentração industrial e logística da AML;
- Incentivar e acompanhar o desenvolvimento sustentável das actividades turísticas de modo a compatibilizar a protecção e valorização do património natural com afirmação de uma fileira de produtos turísticos diferenciados;
- No caso da cortiça, o Plano Regional de Ordenamento do Território define que o Alentejo se afirma "como a região líder nacional (e mundial), pelo que, considerando a posição da produção nacional no mercado mundial, será inequívoca a importância económica e social da cortiça enquanto cadeia de valor estratégica para a região. As actividades de preparação e transformação da cortiça têm já uma importante expressão do ponto de vista do sector industrial, apresentando um padrão de localização consolidado em torno de pólos com uma tradição industrial ligada ao sector: Ponte de Sôr, Vendas Novas, Portalegre e Évora. Neste sentido é importante promover a integração de um pólo regional de competitividade, nomeadamente na fileira do montado e da cortiça;
- Integrar os princípios e orientações da Agenda 21 Local, nos instrumentos de gestão territorial e incentivar a cooperação aos níveis local e regional.

FICHA N.º 3 - Quadro de Referência Estratégico Nacional

Entidade que o elaborou: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Data 2007

Coordenador/Autor do Documento:

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
 Plano ☐ Política ☒ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
 Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO:

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013. O QREN subdivide-se nos seguintes programas: Programas Operacionais e Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção, o potencial humano, os factores de competitividade da economia e a valorização do território:

- Agenda Operacional para o Potencial Humano
- Agenda Operacional para os Factores de Competitividade
- Agenda Operacional para a Valorização do Território

A concretização destas três Agendas Temáticas é operacionalizada, no respeito pelos princípios orientadores assumidos pelo QREN - da concentração, da selectividade, da viabilidade económica e sustentabilidade financeira, da coesão e valorização territoriais e da gestão e monitorização estratégica - pelos seguintes Programas Operacionais:

- Programas Operacionais Regionais do Continente - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve
- Programas Operacionais das Regiões Autónomas - dos Açores e da Madeira -
- Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal - Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira - Açores - Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional.

VISÃO ESTRATÉGICA

A qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

OBJECTIVOS

Consolidar uma dinâmica sustentada de sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, assegurada pela concretização de três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção, o potencial humano, os factores de competitividade da economia e a valorização do território.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

Programa Operacional Regional do Alentejo

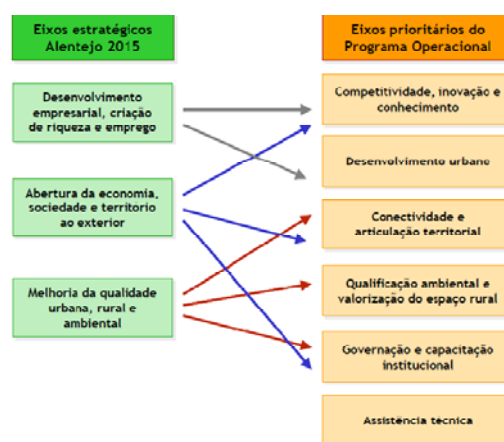
EIXO 1 – Competitividade, inovação e conhecimento - consubstancia a aposta central da região no reforço da competitividade da economia do Alentejo, na óptica da linha de desenvolvimento estratégico “Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego”.

EIXO 2 – Desenvolvimento urbano - Este eixo prioritário integra três áreas de intervenção, a seguir descritas: parcerias para a regeneração urbana, redes urbanas para a competitividade e inovação e mobilidade urbana.

EIXO 3 - Conectividade e articulação territorial – Associado à economia, sociedade e território ao exterior” e a “Melhoria global da qualidade urbana, rural e ambiental”.

EIXO 4 – Qualificação ambiental e valorização do espaço rural - O eixo “Qualificação ambiental e valorização do espaço rural” está intimamente ligado às questões do ambiente e desenvolvimento sustentável, assim como à temática do mundo rural, sendo ambas indissociáveis e transversais

EIXO 5 - Governação e capacitação institucional - melhoria substantiva do desempenho da Administração Pública – nos níveis regional e local – na sua relação com os cidadãos e as empresas.



FICHA N.º 4 - Programa de Desenvolvimento Rural – PRODER

Entidade que o elaborou: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Data: 2007

Coordenador / Autor do Documento

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☒
 Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
 Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O PRODER é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente, para o período 2007-2013, aprovado pela Comissão Europeia, Decisão C(2007)6159, em 4 de Dezembro. É Co-financiado pelo FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural aproximadamente em 3,5 mil milhões de euros, envolve uma despesa pública de mais de 4,4 mil milhões de euros.



A filosofia do Plano Estratégico Nacional e do Programa de Desenvolvimento Rural contempla de forma extensiva a valorização da vertente do desenvolvimento rural e a perspectiva da competitividade das produções do Complexo Agro-Florestal. Está estruturalmente orientado para o incentivo à competitividade das explorações agrícolas e agro-industriais, nomeadamente nas fileiras produtivas estratégicas (vinho, horto-frutícolas, floresta, olival e carnes) e para a manutenção de níveis de actividade em zonas desfavorecidas, uma componente vocacionalmente ambiental.

As actuações que se pretendem levar a cabo no PRODER encontram-se agrupadas por Subprogramas e estes por medidas:

Subprograma 1 – Promoção da Competitividade

- Reestruturar e desenvolver o potencial físico e humano;
- Promover a inovação;
- Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas;

Subprograma 2 – Gestão Sustentável do Espaço Rural

- Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Natura 2000 e outras;

- Proteger os recursos hídricos e o solo;
- Contribuir para a atenuação das alterações climáticas;
- Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas.

Subprograma 3 – Dinamização das Zonas Rurais

- Diversificar a economia rural;
- Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais;
- Desenvolver competências nas zonas rurais;

Subprograma 4 – Promoção do Desenvolvimento e desenvolvimento de competências

- Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano;
- Promover a inovação.

Fazem parte deste processo os Gabinetes de Acção Local - GAL, que desempenham das suas funções de elaboração e implementação da estratégia de desenvolvimento local, onde se insere a animação do território e o acompanhamento dos projectos, e ainda na sua função de gestão, enquanto órgão intermédio de gestão.

OBJECTIVOS

Os objectivos operacionais associados aos eixos do PRODER são os seguintes:

Eixo 1:

- Melhoria da competitividade das fileiras nos sectores do vinho, horto-frutícolas, azeite e floresta
- Melhoria da competitividade das empresas dos sectores agrícola e florestal;
- Incentivo à instalação de jovens agricultores;
- Valorização dos produtos de qualidade agrícolas e florestais;
- Incentivo ao desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias;
- Melhoria da formação profissional e desenvolvimento de serviços capacitando os activos para o desempenho das suas actividades;
- Aumento da área regada e eficácia no uso da água.

Eixo 2:

- Preservação da actividade agrícola e florestal nas zonas desfavorecidas;
- Incentivo à opção por modos de produção sustentáveis no âmbito das actividades agrícola florestal;
- Protecção da diversidade genética e de sistemas de alto valor natural e paisagístico, associados aos sistemas de produção agrícola e florestal;
- Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais;
- Promoção de eco-eficiência e redução da Poluição.

OBJECTIVOS**Eixo 3:**

- Promover a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais;
- Promover a diversificação da economia e do emprego em meio rural.

Eixo 4:

- Promover o desenvolvimento local das zonas rurais, através da abordagem LEADER; sustentada por parcerias público-privadas;

A estes objectivos estratégicos acrescem ainda objectivos de carácter transversal, como sejam, o reforço da coesão territorial e social, e a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

VISÃO ESTRATÉGICA

A visão estratégica do PRODER enquadra-se nos objectivos nacionais constantes no Plano Estratégico Nacional e em coerência com o FEADER: "aumentar a competitividade do sector agrícola e florestal, promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais, revitalizar económica e socialmente as zonas rurais e melhorar a governação nas zonas rurais. A fim de alcançar estes objectivos aposta-se numa política de desenvolvimento que vise:

- A diversificação do tecido económico local, através da incorporação de novas procuras e de actividades emergentes que concorram para a criação de emprego;
- A recuperação e conservação do território como factor de identidade e atractividade;
- O aumento da acessibilidade da população a serviços essenciais à comunidade;
- O reforço da governança e das parcerias locais, através do aprofundamento das sinergias de intervenção dos diferentes agentes no território, de modo a obter ganhos para a região.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

No concelho de Vendas Novas, o PRODER é gerido pelo Gabinete de Apoio Local – GAL da Associação Monte, que tem como finalidade implementar uma Estratégia local de desenvolvimento que tem como objectivo global a revitalização económica e social do Alentejo Central.

FICHA N.º 5 - Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural

Entidade que o elaborou Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Data: Revisão de Novembro de 2009

Coordenador/Autor do Documento

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

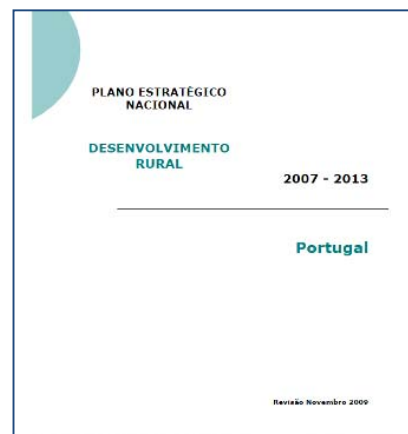
BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O mundo rural português evoluiu de forma assimétrica, com melhorias sensíveis em termos do bem-estar social, nomeadamente equipamentos sociais, mas com perda de vitalidade demográfica e económica e de forma desequilibrada.

A evolução dos sectores agrícola e florestal e das indústrias a eles associadas foi influenciada de modo determinante, e em geral positivo, pela adesão de Portugal à União Europeia. Apesar dos notórios progressos em termos tecnológicos e de aumento da produtividade do trabalho e do bem-estar dos agentes ligados a esses sectores, o aumento da riqueza por eles gerada produtivamente ficou aquém do programado.

Além disso, face ao grande aumento da procura interna de bens agro-alimentares e perante a estagnação dos níveis de produção em termos reais, verificou-se um sensível agravamento do déficit da balança alimentar.

O contributo das actividades agro-florestais é importante para o desenvolvimento e sustentabilidade de muitos territórios, seja em termos de produção, emprego e rendimento, seja para preservar o ambiente, designadamente os recursos naturais, a paisagem e a biodiversidade.



OBJECTIVOS

- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;

- Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais;
- Reforçar a coesão territorial e social;
- Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

VISÃO ESTRATÉGICA

Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal nacional e promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais no território português,
Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais através da revitalização económica e social de uma forma participada e eficiente com os agentes locais e populações.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

A **Revitalização económica e social das zonas rurais** deve ter em conta:

- Dinamização do mercado de produtos locais;
- Utilização inovadora do património rural e natural;
- Actuação em complementaridade com a actividade agro-florestal;
- Concentração em iniciativas locais de dimensão adequada;
- Formação orientada para o aparecimento e desenvolvimento de iniciativas locais;
- Potenciar a fileira do montado e da cortiça.

FICHA N.º 6 - Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)

Entidade que o elaborou: Ministério da Economia e da Inovação

Data: 2006

Coordenador/Autor do Documento

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO:

O aumento dos centros turísticos implica a presença de um número acrescido de pessoas durante determinadas épocas do ano, em particular durante os meses de Verão, tem gerado diversos impactes ambientais negativos, traduzidos em modificações da paisagem, impactes ecológicos cumulativos, elevado consumo energético e de outros recursos.

O anterior Plano nacional de turismo datado do início da década de 80 não fazia qualquer integração entre a vertente ambiental e de desenvolvimento sustentável e os planos/directrizes para o sector do turismo.

O PENT sintetiza as conclusões do diagnóstico, objectivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o sector, materializadas em 5 eixos, através de 11 projectos. A implementação desses projectos requer a participação de várias entidades que influenciam directa ou indirectamente a qualidade do destino Portugal e dos seus produtos turísticos, estando a concretização dos objectivos dependente não só do Turismo de Portugal, mas também do envolvimento efectivo destas entidades.



OBJECTIVOS:

O PENT visa, no horizonte de 2015, assegurar um aumento da contribuição do Turismo para o PIB nacional, incrementar o emprego qualificado e acelerar o crescimento do turismo interno. O sector do turismo deverá crescer de forma sustentada acima da média europeia, particularmente em termos de receitas. No mercado internacional, Portugal ambiciona crescer anualmente 5% no

OBJECTIVOS:

número de turistas, atingindo os 20 milhões de turistas em 2015, e cerca de 9% nas receitas, ultrapassando o patamar dos 15 mil milhões de euros nesse ano, ou seja, mais do dobro do actual volume de receitas. Lisboa, Algarve e o Porto e Norte irão ser as regiões com maior contribuição absoluta para o crescimento, enquanto o Alentejo irá registar a maior contribuição relativa, com crescimentos anuais da ordem dos 11%. Desta forma, o turismo irá contribuir positivamente para o desenvolvimento económico do país, representando, em 2015, mais de 15% do PIB e 15% do emprego nacional.

VISÃO ESTRATÉGICA:

O turismo tem uma importância verdadeiramente estratégica para a economia portuguesa em virtude da sua capacidade em criar riqueza e emprego. Trata-se de um sector em que temos vantagens competitivas claras como sucede com poucos outros.

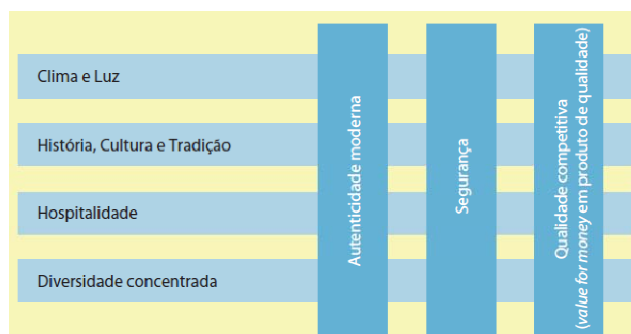
Portugal deverá ser um dos destinos de maior crescimento na Europa, através do desenvolvimento do turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancado na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas, detendo uma importância crescente na economia, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental, a nível regional e nacional

Portugal deverá ser um dos destinos de maior crescimento na Europa, através do desenvolvimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o sector num dos motores de crescimento da economia nacional.

Portugal irá apostar nos factores que mais nos diferenciam de outros destinos concorrentes – “Clima e luz”, “História, Cultura e Tradição”, “Hospitalidade” e “Diversidade concentrada” – e em elementos que qualificam Portugal para o leque de opções dos turistas – “Autenticidade moderna”, “Segurança” e “Qualidade competitiva” (value for money em produto de qualidade).

Elementos Diferenciadores

Diferenciam o Destino Portugal de outros destinos mundiais na forma como os recursos turísticos dão resposta às motivações daqueles que nos procuram



Elementos Qualificadores
Qualificam o destino Portugal no leque de opções dos turistas

A implementação do PENT é estruturada em 5 eixos:

- Território, Destinos e Produtos
- Marcas e Mercados
- Qualificação de Recursos

VISÃO ESTRATÉGICA:

- Distribuição e Comercialização
- Inovação e Conhecimento

Foram definidos 11 projectos de implementação:

- Produtos, Destinos e Pólos
- Intervenção em ZTI's (urbanismo, ambiente e paisagem)
- Desenvolvimento de Conteúdos distintivos e inovadores
- Eventos
- Acessibilidade Aérea
- Marcas, Promoção e Distribuição
- Programa de Qualidade
- Excelência no Capital Humano
- Conhecimento e Inovação
- Eficácia do relacionamento Estado – Empresa
- Modernização Empresarial

Os projectos englobam intervenções ao longo de toda a cadeia de valor do sector do turismo.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE RELEVO PARA A A21L DE VENDAS NOVAS

Em matéria de turismo, no sentido de promover o concelho e as suas potencialidades, nomeadamente no que toca ao turismo de natureza salienta-se a colaboração e o interesse do sector privado na região.

Há alguns projectos que estão em fase muito embrionária mas que sobre os quais houve colaboração entre a Câmara Municipal e privados, nomeadamente nos seguintes empreendimentos: Resort Carvalhais, Ecoturismo do Monte Branco, Hotel Saúde.

Também já houve manifestação de interesse em desenvolvimento de alguns projectos identificados no Plano Municipal de Ambiente relativos ao turismo natureza.

FICHA N.º 7 - Plano Sectorial da Rede Natura

Entidade que o elaborou: Instituto da Conservação da Natureza

Data: 2006

Coordenador / Autor do Documento

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) é um instrumento de gestão territorial de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade.



De acordo com o Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, o PSRN 2000 assenta no sistema de gestão territorial de âmbito nacional, aplicando-se à Administração Pública e não vinculando directamente os particulares.

O Plano contém orientações estratégicas e normas programáticas para a actuação da Administração Central e Local. Trata-se de um Plano desenvolvido a uma macro-escala (1:100 000) para o território continental, cuja expressão territorial corresponde às áreas classificadas – 29 Zonas de Protecção Especial (ZPE) e 60 Sítios (7 dos quais foram já designados como Sítios de Importância Comunitária (SIC) para a Região Biogeográfica Atlântica). (www.icnb.pt).

O presente documento está estruturado em duas partes.

Volume I - incide sobre o significado da Rede Natura 2000 e sua implementação aos níveis comunitário e nacional, encontrando-se remetida para o Anexo I informação relativa às Directivas comunitárias Aves e Habitats e ao enquadramento da Rede Natura 2000 a nível nacional. Na segunda parte é abordado o desenvolvimento e conteúdo do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, adiante designado por PSRN2000.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Como elementos fundamentais do Plano consideram-se ainda:

Volume II, no qual se integra toda a informação descritiva e cartográfica (disponível em formato digital em www.icn.pt) relevante e disponível para o conjunto dos valores naturais das Directivas Aves e Habitats que exigem a designação de Zonas Especiais de Conservação ou Zonas de Protecção Especial;

Volume III, composto pelo conjunto de fichas relativas a cada Sítio da Lista Nacional e Zona de Protecção Especial, adiante designados respectivamente por Sítio e por ZPE, assim como,

Informação cartográfica indicativa de orientações de gestão (disponível em formato digital em: www.icn.pt).

OBJECTIVOS

O PSRN2000 constitui um instrumento de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios (e respectivas fases posteriores de classificação – SIC e ZEC), do território continental, através da manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.

O mesmo Plano visa dar cumprimento a parte das disposições do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro, explicitando a uma macro-escala as orientações estratégicas e de planeamento que os PMOT (instrumentos de planeamento territorial) e os PEOT (planos de natureza especial) deverão integrar, enformando ainda os demais instrumentos de gestão territorial, programas e políticas sectoriais.

Nesta medida é proposto um conjunto de Orientações de Gestão para todos os Sítios e ZPE relativo aos valores naturais que ocorrem nos mesmos, com vista a garantir a sua conservação a médio/longo prazo.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

O PSRN2000 fornece orientações para a gestão sustentável do território; os particulares são vinculados através da inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial: num prazo máximo de seis anos, as medidas e restrições assumidas pelo Plano deverão ser inseridas em plano municipal ou especial de ordenamento do território.



No concelho de Vendas Novas, mais propriamente a Freguesia da Landeira, numa área de 603 ha está presente o Sítio Estuário do Sado. Este sítio apresenta como principais orientações de gestão:

- A preservação dos diversos *habitats* associados ao ecossistema estuarino (lodaçais, sapais, vegetação halófila), assim como à conservação ou recuperação dos zonas dulcaquícolas

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

terrestres, nomeadamente promovendo a manutenção da vegetação ribeirinha autóctone e condicionando as intervenções nas margens e leito de linhas de água, fundamentais ainda à conservação de importantes espécies da fauna.

- Deverão ser promovidas adequadas práticas de ordenamento e gestão florestal e a regeneração natural dos habitats florestais protegidos e incrementada a sustentabilidade económica de actividades, a eles associada, com interesse para a conservação.
- Deverão ser evitadas ou corrigidas algumas práticas agro-pastoris com impactes negativos ao nível da contaminação dos solos e da água, e da destruição de habitats a qual se reflecte ainda no estado de conservação de diversas espécies. Deverá ainda assegurar-se um correcto tratamento de efluentes industriais e domésticos.

FICHA N.º 8 - Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação

Entidade que o elaborou: Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação

Data: 1999

Coordenador / Autor do Documento

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☒
 Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
 Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Decorrente da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afectados por Seca Grave e/ou Desertificação (ratificada por Portugal em 1996), o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação – PANCD – visa, fundamentalmente, a adopção de atitudes e acções activas de combate à degradação dos recursos e a aplicação de normas de prevenção.



OBJECTIVOS

O PANCD visa, pois, os seguintes cinco objectivos estratégicos:

- Conservação do solo e da água;
- Fixação da população activa nos meios rurais;
- Recuperação das áreas afectadas;
- Sensibilização da população para a problemática da desertificação;
- Consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e sectoriais.

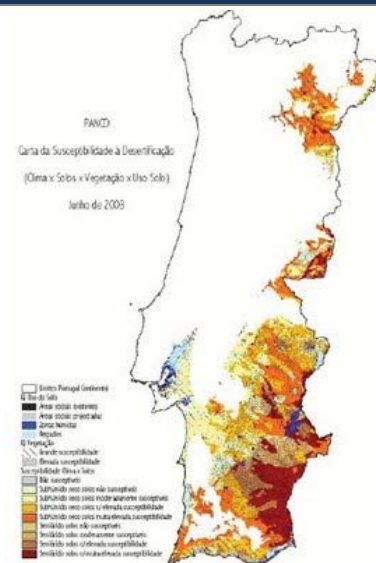
VISÃO ESTRATÉGICA

Orientar, disciplinar, promover, dinamizar, integrar e coordenar as acções de combate à desertificação e minimização dos efeitos da seca nas zonas semiáridas e sub-húmidas, nomeadamente naquelas em que é mais notória e problemática a erosão e a degradação das propriedades do solo, a destruição da vegetação e a deterioração do ambiente e dos recursos naturais e da paisagem em geral.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

Eixo 1 — Conservação do solo e da água:

- Garantir a elaboração e a aplicação de códigos de boas práticas agrícolas e silvícolas;
- Ampliar e alargar os apoios à manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais geradores de externalidades ambientais positivas;
- Reforçar os apoios à manutenção de áreas agrícolas no interior da floresta;
- Reforço dos apoios à agricultura familiar e a tempo parcial;
- Ampliação dos apoios à agricultura biológica e à certificação de produtos de qualidade;
- Ampliação das ajudas à silvopastorícia;



Eixo 2 — Manutenção da população activa nas zonas rurais:

- Garantir o correcto ordenamento e a gestão do território;
- Melhorar as infra-estruturas de base e as acessibilidades;
- Promover a modernização e a reconversão da agricultura e incentivar a sua multifuncionalidade;
- Encorajar a manutenção de modos de produção tradicionais que geram externalidades positivas em termos ambientais;
- Apoiar a actividade florestal e incentivar e garantir a gestão sustentável da floresta;
- Garantir o desenvolvimento e consolidação das cidades, vilas e demais centros populacionais de pequena e média dimensão;
- Incentivar e apoiar a diversificação do tecido económico das zonas rurais;

FICHA N.º 9 - Portugal Logístico - Rede de Plataformas Logísticas

Entidade que o elaborou: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Data: 2006

Coordenador / Autor do Documento

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☒ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A necessidade de criar espaços de concentração de actividades logísticas, situados estrategicamente em relação às infra-estruturas e redes existentes e dotados de estruturas e serviços diferenciadores, é determinante para o desenvolvimento e o ordenamento da actividade.



Estes espaços (plataformas logísticas), com vocações e dimensões distintas, terão que possuir condições funcionais alinhadas com as necessidades logísticas, condições físicas que promovam a intermodalidade e a crescente utilização do transporte ferroviário e condições organizacionais que reforcem a competitividade das empresas que aí se instalem.

O projecto Portugal Logístico visa a melhoria da eficiência das cadeias logísticas e de transporte, reforçando a intermodalidade e a utilização racional dos vários modos, bem como a integração nas redes de transportes internacionais. A Rede será integrada por 11 Plataformas Logísticas e por 2 Centros de Carga Aérea (Lisboa e Porto). As 11 Plataformas encontram-se agrupadas em 4 categorias: (i) Urbanas ou nacionais (Maia/Trofa e Poceirão); (ii) Portuárias (Leixões, Aveiro, Lisboa e Sines); (iii) Transfronteiriças (Valença, Chaves, Guarda, Elvas/Caia); e (iv) Regional (Tunes).

Estas plataformas têm como objectivo a dinamização da actividade económica do país através da criação de grandes centros de distribuição e o reordenamento logístico e dos fluxos de transporte, dotando o País de espaços de concentração de actividades logísticas, estrategicamente localizados relativamente aos principais pólos de consumo e produção, fronteiras e às infra-estruturas e redes de transporte portuárias e ferroviárias, em que se inclui a futura rede ferroviária de alta velocidade.

OBJECTIVOS

Melhoria da eficiência das cadeias logísticas e de transporte, reforçando a intermodalidade e a

utilização racional dos vários modos, bem como a integração nas redes de transportes internacionais. Este projecto contribuirá para o reforço da competitividade da economia e do papel de Portugal como plataforma logística no espaço europeu e mundial.

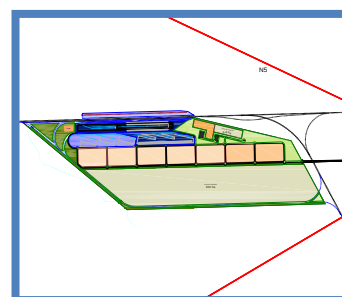
VISÃO ESTRATÉGICA

“Transformar Portugal numa plataforma atlântica para os movimentos internacionais no mercado ibérico e europeu”.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

Muito próximo de Vendas Novas vai ser instalada a Plataforma logística Nacional – Poceirão e tem como objectivos:

- Apoiar a A.M. Lisboa, nomeadamente aos portos de Lisboa e Setúbal.
- Dinamizar a actividade económica nacional/regional, através de: Articulação de fluxos logísticos internacionais, nacionais e regionais da região de Lisboa e Vale do Tejo.
- Alargar o *hinterland* dos portos por oferta de actividades logísticas complementares às portuárias.



A Plataforma do Poceirão é servida por rodovia, ferrovia e ferrovia de Alta Velocidade e deverá funcionar como uma placa de redistribuição para a Região da Grande Lisboa. Do Poceirão poderão partir comboios de alta velocidade com carga que é habitualmente transportada em avião, como é o caso de produtos perecíveis, componentes electrónicos ou tudo o que possa ser acondicionado em paletes. No projecto da plataforma do Poceirão, prevê-se uma área com 220 ha para serviços intermodais, logísticos, de transformação e de apoio, com a possibilidade de expansão para mais 200 ha e uma procura potencial de 3 milhões de toneladas por ano. Refira-se que o mercado num raio de 100 km em redor da futura plataforma envolve cerca de 3,2 milhões de pessoas e cerca de 31% do PIB industrial nacional, o que se torna uma mais-valia económica para Vendas Novas.

O PROT Alentejo propõe a consolidação de uma Rede Regional de Parques Empresariais, que inclui um conjunto destas infra-estruturas em vários pontos do país, nomeadamente Vendas Novas. Estes Parques devem ser complementados com uma Rede Regional de Áreas Logísticas. O Parque Empresarial de Vendas Novas pode beneficiar da proximidade ao Poceirão, articulando-se com este de forma a explorar sinergias e complementaridades.

FICHA N.º 10 - Plano Estratégico de Transportes – 2008- 2020

Entidade que o elaborou: : Petform e Universidade Nova de Lisboa

Data: 2009

Coordenador / Autor do Documento

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O PET constitui uma perspectiva integrada do futuro. Mais do que racionalizar e desenvolver cada modo, importa perspectivar o sector como um todo, valorizando as vocações de cada modo, as complementaridades, as articulações e as acções necessárias para que essa perspectiva integradora se viabilize.

Uma das clarificações fundamentais que o PET aporta é a que se refere ao papel reservado para cada sector de actividade. Elaboração do Plano Estratégico de Transportes vem na sequência de uma decisão anunciada pelo Governo, por ocasião da publicação das orientações estratégicas para cada um dos modos, que traduzia a necessidade sentida de estabelecer uma perspectiva integrada para o desenvolvimento do sector dos transportes.

Tratando-se de um Plano Estratégico define os objectivos a atingir no seu horizonte (2020) e um conjunto de orientações, acções e projectos que viabilizarão o atingir dos objectivos definidos. O PET estabelece acções que respeitam ao papel do Estado no ordenamento e desenvolvimento do sector. Contudo, ao estabelecer o quadro de referência global de todo o sector dos transportes, ele constitui um documento de grande importância para o planeamento e o desenvolvimento do sector privado.

O documento está estruturado em 13 Capítulos:



BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

- Cap. 1 introdução
- Cap. 2 – Aspectos metodológicos da elaboração do PET
- Cap.3 – Enquadramento Estratégico do Sector dos Transportes na União Europeia – os problemas e as vias para a solução
- Cap. 4 – Os Documentos de Política Nacional que enquadram o sector dos transportes
- Cap. 5 – Uma Visão para 2020: concebendo o futuro desejado
- Cap. 6 – O ponto de partida
- Cap. 7 – Análise SWOT
- Cap. 8 - Quadro Estratégico do PET
- Cap. 9 – Plano de Metas
- Cap.10 – Princípios orientadores gerais – uma visão integrada para o sector
- Cap. 11 – Orientações específicas
- Cap. 12 – Arranque, acompanhamento e avaliação do PET
- Cap. 13 – Quadro Económico e Financeiro do PET

OBJECTIVOS

Promover um sistema de transportes que contribua para a coesão social e territorial, para uma economia nacional robusta e bem integrada a nível europeu e mundial, cómodo e seguro, respeitador do ambiente e eficiente do ponto de vista energético.

VISÃO ESTRATÉGICA

Um sistema de transportes que, de forma sustentável e economicamente eficiente, satisfaz com qualidade as necessidades de mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens e potencia os objectivos nacionais de desenvolvimento económico e social, de equidade, de ordenamento do território e de coesão territorial.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

- Reforço da competitividade territorial e melhoria da conectividade internacional de Portugal.
- Promoção da mobilidade sustentável, dissociando o crescimento da procura de transporte do crescimento económico geral, bem como dos seus efeitos negativos, e assumindo-a como uma componente essencial da competitividade das indústrias e serviços europeus e um direito fundamental dos cidadãos. Neste plano estão consagradas questões com incidência directa em Vendas Novas, nomeadamente:
 - i. Reforçar a competitividade territorial de Portugal, melhorando os sistemas e infra-estruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal no Quadro Ibérico, europeu, atlântico e global, nomeadamente através da construção do Novo Aeroporto de Lisboa.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

- ii. Promover a rede rodoviária nacional, nomeadamente o programa de variantes e circulares (neste caso a variante à EN4), com elevados padrões de qualidade e segurança contribuindo para:
 - ✓ A coesão territorial;
 - ✓ O desenvolvimento económico-social e para o aumento de competitividade a redução da sinistralidade grave;
 - ✓ A melhoria da qualidade dos serviços de transporte;
 - ✓ O desenvolvimento sustentável;
 - ✓ O fomento da intermodalidade e complementaridade na rede de transportes.
- Requalificação do eixo ferroviário Sines, Poceirão, Évora, Badajoz - Esta operação está incluída na melhoria do corredor ferroviário entre Sines e Espanha para transporte de mercadorias com origem ou destino no Porto de Sines e é uma das intervenções previstas nas Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário. A ligação ferroviária Sines – Elvas para mercadorias está também incluída na lista dos trinta projectos prioritários da Rede Transeuropeia de Transportes. O objectivo consiste não só na melhoria das condições de circulação do transporte de mercadorias, como também para o transporte de passageiros.

FICHA N.º 11 - Orientações Estratégicas do Sector Ferroviário

Entidade que o elaborou: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações – Secretaria de Estado dos Transportes

Coordenador/Autor do Documento:

Data: 2006

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☒ Projecto ☐ Relatório ☐

Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO:

As Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário corporizam a visão de mudança e modernidade no horizonte 2015, estabelecendo o enquadramento e as directrizes que nortearão a acção dos diversos actores do sector quer ao nível da regulação, quer ao nível das infra-estruturas e da prestação de serviços de transporte.

Estas orientações estratégicas definem um rumo para o sector ferroviário.

Apostam num modelo de desenvolvimento territorial e económico sustentado, de fixação de actividades, de inovação tecnológica, de concretização de infra-estruturas e serviços que encurtam distâncias.



Trata-se de um documento estratégico que projecta uma estratégia de desenvolvimento do sector ferroviário e apresenta objectivos e metas a alcançar. Faz numa primeira fase a caracterização das políticas europeias em matéria de transportes e políticas nacionais, apresenta a Rede Ferroviária de Alta velocidade e apresenta uma Análise SWOT do sector ferroviário. Apresenta também os objectivos estratégicos para o sector ferroviário, assim como acções estratégicas com o horizonte temporal de 2015.

VISÃO ESTRATÉGICA

Melhoria do conjunto, baseada na articulação e ganhos de eficiência de cada um dos modos, de forma a que este responda aos desafios de mobilidade das populações, de desenvolvimento

VISÃO ESTRATÉGICA

económico e de coesão social e territorial, num diálogo que se pretende de racionalização capaz de aumentar a sustentabilidade do próprio sistema de transportes.

A estratégia assim definida para o sistema de transportes assenta em três vectores fundamentais:

- Melhorar a eficiência do Sistema de Transportes;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e para a coesão social e territorial;
- Aumentar a sustentabilidade do sistema de transportes.

OBJECTIVOS

As Orientações para o Sector Ferroviário, identificam quatro objectivos estratégicos de suporte às metas e acções prioritárias identificadas para o horizonte 2015:

- Melhorar a Acessibilidade e a Mobilidade, de modo a que daí decorra um aumento relevante da Quota de Mercado;
- Garantir padrões adequados de Segurança, de Interoperabilidade e de Sustentabilidade Ambiental;
- Evoluir para um Modelo de Financiamento Sustentável e promotor da Eficiência;
- Promover a Investigação, o Desenvolvimento e a Inovação.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

Manter, desenvolver e lançar serviços ferroviários onde esta solução se apresente como a mais adequada em termos sócio-económicos e ambientais, e reequacioná-los onde soluções alternativas demonstrem uma melhor capacidade de desempenho àqueles níveis;

Desenvolver os serviços ferroviários numa lógica de rede, assegurando:

- Complementaridade interna entre os serviços de longo curso, regionais e sub-urbanos, através de uma eficaz coordenação horária que garanta interfaces adequados em comodidade e tempo mínimos de transferência entre serviços;
- Complementaridade externa através de uma coordenação com os serviços dos restantes modos;
- Ligações às Plataformas Logísticas.

Promover a Qualificação e electrificação da linha ferroviária convencional nos eixos Bombel - Vendas Novas - Évora e Vidigal - Vendas Novas. Esta operação é da responsabilidade da REFER, e pretende modernizar os troços Bombel e Vidigal Vendas Novas-Évora das Linhas do Alentejo e de Vendas Novas. Esta operação está incluída na melhoria do corredor ferroviário entre Sines e Espanha para transporte de mercadorias com origem ou destino no Porto de Sines.

FICHA N.º 12 - Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde

Entidade que o elaborou: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e pelo Ministério da Saúde

Data: 2007

Coordenador / Autor do Documento

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A elaboração de um Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS) reveste-se de particular importância face à necessidade de uma abordagem integrada e global "Ambiente e Saúde", por oposição a uma intervenção vertical e sectorial. Esta abordagem terá como objectivo uma melhor compreensão das associações e relações causa-efeito existentes entre determinados factores de risco de natureza ambiental e os seus efeitos adversos na saúde.

A causalidade de muitas doenças torna difícil avaliar a contribuição relativa dos diferentes factores para a morbilidade e a mortalidade das populações. Como parte integrante deste Projecto de Plano, são propostos Objectivos, Vectors de Intervenção e Acções Programáticas, consubstanciadas em Fichas de Projecto, desenvolvidas em Domínios Prioritários de intervenção, no quadro da estratégia delineada.



OBJECTIVOS

- Intervir ao nível dos factores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos;
- Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a factores ambientais;
- Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;

OBJECTIVOS

- Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.

VISÃO ESTRATÉGICA

O Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2007 –2013 (PNAAS) tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em factores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.

Para atingir este fim, torna-se necessário promover a integração da informação relativa ao estado do ambiente e da saúde, tendo em consideração, nomeadamente, exposições combinadas, “efeitos cocktail” e efeitos cumulativos, dando particular atenção aos grupos mais vulneráveis da população, como as crianças, as grávidas, os idosos e os doentes.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

- Prevenção, Controlo e Redução de Riscos - levantamento, o desenvolvimento, a sistematização e a integração da informação, quer ao nível dos factores de risco, quer ao nível da descrição do estado de saúde dos indivíduos e grupos populacionais. Esta informação é produzida no âmbito de processos de investigação que permitam avaliar eventuais relações causa-efeito entre factores de risco ambientais e efeitos na saúde ou através da sistematização da informação disponível.
- Informação, Sensibilização, Formação e Educação - visa diminuir os impactes na saúde resultantes da exposição a factores de risco ambientais, através de medidas de prevenção, controlo e minimização de risco.
- Articulação com as Iniciativas Internacionais de Ambiente e Saúde - promover uma adequada comunicação do risco e a adopção de boas práticas, conducentes a comportamentos e atitudes saudáveis.

FICHA N.º 13 - Estratégia Nacional para os efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI)

Entidade que o elaborou: : Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Data: 2007

Coordenador / Autor do Documento

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☒ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Do ponto de vista económico a agro-pecuária e a agro-indústria são actividades significativas para vastas regiões do país, pelo que não pode ser ignorado o seu contributo para a poluição gerada em algumas bacias hidrográficas, frequentemente gerado pela população e restantes actividades económicas dessa mesma região. Face à problemática de tratamento dos efluentes das instalações agropecuárias e agro-industriais, foi elaborada a ENEAPAI, abrangendo todo o território.

■
ENEAPAI
Estratégia Nacional
para os Efluentes
Agro-Pecuários e
Agro-Industriais

A ENEAPAI é uma estratégia que abrange os diversos sectores da produção agro-pecuária e agro-industrial, integrando as especificidades e características de cada sector produtivo, dos efluentes por eles produzidos e das regiões onde se inserem, aprovadas pelo Despacho nº 8277/2007, de 9 de Maio.

A estratégia contempla a caracterização da situação de referência por sector de actividade, bem como identifica as zonas de maior pressão e definição de núcleos de acção prioritária nos seguintes sectores: bovinicultura, suinicultura, avicultura, matadouros, lagares, indústrias de lacticínios e adegas. É efectuada também uma análise em termos de evolução e traçada a estratégia para o período 2007 – 2013, bem como o respectivo quadro de intervenção e implementação da estratégia.

O capítulo 8 da ENEAPAI define um conjunto de 7 medidas consideradas como prioritárias para a

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

implementação da Estratégia e cumprimento dos Objectivos. Para cada um das medidas está definida a entidade que a deverá promover, bem como o prazo para a sua concretização. Em quase todas as medidas definidas a Estrutura de Coordenação e Acompanhamento (ECA) é o promotor, isoladamente ou em conjunto com outras entidades.

OBJECTIVOS

O objectivo estratégico da ENEAPAI – reduzir o impacte significativo no ambiente, em particular nos recursos hídricos, dos sectores/utilizadores abrangidos, nomeadamente através de soluções de valorização e tratamento de efluentes.

VISÃO ESTRATÉGICA

Pretende-se que a ENEAPAI espelhe novas formas de intervenção que permitam encontrar soluções técnicas, económicas e ambientalmente sustentáveis e que contribuam para a coesão e a competitividade territorial e sectorial, abrindo novas oportunidades de desenvolvimento.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

Elaboração de planos regionais de gestão integrada dos Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais, que podem ser financiados pelo PRODER - medida 1.6 - Regadios e Outras Infra-estruturas colectivas.

FICHA N.º 14 - Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II)

Entidade que o elaborou: : Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Data: 2007

Coordenador / Autor do Documento

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
 Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
 Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Em 2007 foi aprovado, através da Portaria n.º 187/2007, de 12 de Fevereiro, o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos para o período de 2007 a 2016 (PERSU II), que dá continuidade à política de gestão de resíduos, tendo em atenção as novas exigências entretanto formuladas a nível nacional e comunitário, assegurando, designadamente, o cumprimento dos objectivos comunitários em matéria de desvio de resíduos urbanos biodegradáveis de aterro e de reciclagem e valorização de resíduos de embalagens, e procurando colmatar as limitações apontadas à execução do PERSU I.

O PERSU II divide-se nos seguintes eixos:

Eixo 1 – Prevenção: Programa Nacional

Eixo 2 – Sensibilização/ mobilização dos cidadãos

Eixo 3 – Qualificação e optimização da gestão de resíduos

Eixo 4 – Sistema de informação como pilar de gestão dos resíduos

Eixo 5 – Qualificação e optimização da intervenção das entidades públicas no âmbito da gestão de RSU.

■
PERSU II
Plano Estratégico para
os Resíduos Sólidos
Urbanos

2007-2016

OBJECTIVOS

O PERSU baseia-se nos seguintes princípios:

- Poluidor-pagador;
- Precaução e da acção preventiva;
- Correção da poluição na fonte.

VISÃO ESTRATÉGICA

Garantir uma maior eficiência na utilização dos recursos e uma melhor gestão de recursos e resíduos, a fim de assegurar padrões de produção e de consumo mais sustentáveis.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

As questões estratégicas direccionadas para a Agenda 21 Local de Vendas Novas, são as seguintes:

- Promover a qualificação dos cidadãos - no contexto da qualificação das infra-estruturas de gestão dos RSU e da optimização da sua gestão;
- Promover o desenvolvimento sustentado - visando o uso sustentável dos recursos naturais;
- Garantir a coesão social - através da valorização da saúde pela diminuição do risco em particular associado à qualidade da água e dos solos.
- Promover a sensibilização e mobilização da população para a sociedade da reciclagem e para novos padrões de consumo. É fundamental reforçar e sensibilizar os cidadãos para a sua mobilização e mudança de atitudes e comportamentos face à gestão dos resíduos.

FICHA N.º 15 - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEEAASR II)

Entidade que o elaborou: : Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Data: 2007

Coordenador / Autor do Documento

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
 Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
 Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

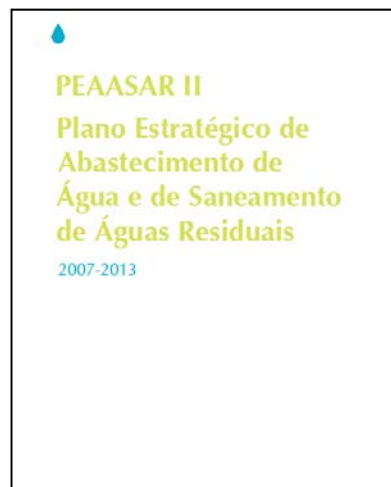
Nacional ☒ Regional ☐ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Em Abril de 2000, o XIV Governo Constitucional aprovou o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR). Este plano estratégico, cuja concretização teve início em 2000 e que foi elaborado para vigorar no período 2000-2006, desempenhou um papel essencial na estruturação de todo o sector do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais do nosso país. É comumente reconhecida a sua importância na definição das prioridades de utilização dos fundos comunitários atribuídos a Portugal no âmbito do 3.º Quadro Comunitário de Apoio, tendo-se mantido ao longo dos anos como o documento orientador dos objectivos e políticas dos diversos governos nesta área.

Os progressos notáveis verificados, neste período, no sector de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, provam a justeza dos principais objectivos fixados no PEAASAR 2000-2006 e a adequação das linhas de acção nele programadas. Impõe-se prosseguir esse trabalho, garantindo a continuidade de uma estratégia para o sector as águas no próximo ciclo de fundos comunitários. Este objectivo está presente no Programa do XVII Governo Constitucional que aponta a necessidade de “qualificar as nossas infra-estruturas ambientais e a respectiva gestão, de forma a alcançar níveis de atendimento próprios dos países desenvolvidos” e que prevê o “relançamento dos investimentos” necessários neste domínio.

O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais é com+posto

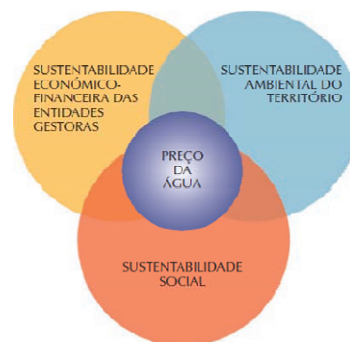


pelos seguintes capítulos:

- Sumario Executivo
- Introdução
- Situação de Referência
- Objectivos Estratégicos Investimentos a Realizar
- Modelos de Gestão
- Protecção de Valores Ambientais
- Modelos de Financiamento e Política Tarifaria
- Outros Aspectos Relevantes da Estratégia
- Papel do Sector Privado
- Reformulação do Modelo Relatório
- Reformulação do Quadro Legal e Eficácia da Estratégia

OBJECTIVOS

- Servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de pelo menos 70% da população abrangida protecção dos valores ambientais;
- Servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água Protecção dos valores ambientais;
- Contribuir para a dinamização do tecido empresarial privado nacional e local;
- Cumprir os objectivos decorrentes do normativo nacional e comunitário de protecção do ambiente e saúde pública.



VISÃO ESTRATÉGICA

Apesar dos avanços significativos registados nos últimos anos, numa perspectiva de abordagem integrada dos problemas do sector que o PEAASAR 2000-2006 veio proporcionar, nomeadamente pela criação de um número importante de soluções multimunicipais e municipais integradas na vertente em “alta”, importa prosseguir e aprofundar no período 2007-2013 uma estratégia que responda de forma coordenada aos problemas com que, embora em alguns casos já em menor escala, o sector ainda se debate, e que são de natureza estrutural, operacional, económica, financeira e ambiental. A resposta a estes problemas implica a definição de objectivos e orientações estratégicas e o estabelecimento dos consequentes objectivos operacionais e medidas a adoptar no período 2007 - 2013.

VISÃO ESTRATÉGICA

A estratégia para o período 2007-2013 propõe-se responder a esta questão, assumindo como prioridade incontornável a criação de condições para a cobertura integral dos custos do serviço, como forma de garantir a sustentabilidade do sector enquanto obrigação imperiosa perante as gerações futuras. A referida estratégia parte de dois pressupostos essenciais:

- A realização dos investimentos necessários para atingir níveis de atendimento com a qualidade exigida e para cumprir as obrigações decorrentes da legislação e das boas práticas ambientais;
- A compatibilização das tarifas com as condições sócio-económicas da população.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

- o Rever os princípios de enquadramento legal, técnico, económico e financeiro aplicáveis aos sistemas multimunicipais e alargar o leque de soluções institucionais de gestão empresarial;
- Realizar os investimentos necessários à conclusão e à expansão dos sistemas em “alta” e à continuação da infra-estruturação da vertente em “baixa”, com especial enfoque nos investimentos visando a articulação entre ambas as vertentes;
- Promover a criação, na vertente em “baixa”, de sistemas integrados, tanto quanto possível territorialmente articulados com as soluções existentes na vertente em “alta”, e com um regime tarifário uniformizado na área de intervenção de cada sistema, regulamentar a gestão dos sistemas municipais e criar uma Lei de Bases de Concessões em “baixa”;
- Implementar as disposições da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, Lei da Água, directamente relacionadas com o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais e incentivar o uso eficiente da água e o controlo e a prevenção da poluição.

FICHA N.º 16 - Plano Regional de Ordenamento do Território - Oeste e Vale do Tejo

Entidade que o elaborou: CCDRLisboa e Vale do Tejo

Data: Janeiro de 2008

Coordenador / Autor do Documento: CCDRALentejo

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☐ Regional ☒ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O PROT “define o quadro estratégico a desenvolver pelos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e, quando existam, pelos Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIMOT)” (art. 24º, DL 316/07, de 19 de Setembro).



O PROT do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT) visa, neste contexto, a espacialização de estratégias de desenvolvimento territorial nos territórios das NUTS III do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo. Por isso, ocupa, entre o nível nacional e o nível municipal, uma posição chave para a definição das estratégias e das opções de desenvolvimento e de ordenamento regional.

O PROT OVT é constituído por um documento fundamental que consubstancia o Plano, cujo Capítulo I resume o enquadramento legal, institucional e estratégico, descreve o âmbito territorial e elucida o conteúdo material e documental.

No Capítulo II apresenta-se a síntese do diagnóstico e cenários e a visão que traduz a ambição da Região a longo prazo, fundamentada pelas análises de natureza estratégica e prospectiva e explicitada num número restrito de objectivos de desenvolvimento.

No Capítulo III são definidas as opções estratégicas de base territorial que traduzem as grandes linhas de intervenção das políticas com expressão espacial.

O Capítulo IV traduz as normas orientadoras que consistem nas orientações e directrizes objectivas que o PROT estabelece para o ordenamento do OVT (referências obrigatórias para os processos de decisão e actuação das diversas entidades públicas).

No Capítulo V é definido o modelo de governação, a estrutura de monitorização avaliação e gestão,

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

identificadas as responsabilidades e indicadores a observar.

OBJECTIVOS

- Desenvolver, no âmbito regional, as opções do PNPOT e dos planos sectoriais; traduzir, em termos espaciais, os grandes objectivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulado no plano de desenvolvimento regional;
- Definir medidas/intervenções com vista à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regionais;
- Servir de quadro de referência para a elaboração dos Planos Intermunicipais e dos PMOT.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

Apostar na função de interligação da Lezíria com o Alentejo (Mora, Ponte de Sôr, Vendas Novas entre outros), sobretudo por via do sector agro-industrial, mas também potenciando a função de porta de ligação a Évora e a Espanha, por via rodoviária, e a Sines pela ferrovia.

FICHA N.º 17 – Plano Regional de Ordenamento do Território Área Metropolitana de Lisboa**Entidade que o elaborou:** CCDRLisboa e Vale do Tejo**Data:** Janeiro de 2009**Coordenador / Autor do Documento:** CCDRALentejo**Tipo de Documento:**Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐Acção Específica ☐**Nível de Actuação:**Nacional ☐ Regional ☒ Municipal ☐**BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO**

O PROT “define o quadro estratégico a desenvolver pelos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e, quando existam, pelos Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIMOT) ” (art. 24º, DL 316/07, de 19 de Setembro).



A mudança de localização do Novo Aeroporto de Lisboa da Ota, na margem Norte do Tejo, para o Campo de Tiro de Alcochete, na Península de Setúbal, determinou a necessidade de alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da AML (PROT-AML), em vigor desde Abril de 2002. Simultaneamente, a decisão de um conjunto de outros grandes investimentos, com particular incidência na Península de Setúbal, - Plataformas Logísticas, Alta Velocidade, empreendimentos turísticos, Arco Ribeirinho Sul – reforçam os fundamentos e urgência de alteração do PROT-AML.

Os referidos investimentos estruturantes perspectivam mudanças significativas na tradicional relação margem norte / margem sul, reforçando-se as taxas de crescimento das actividades económicas e imobiliárias na Península de Setúbal, e, também, a intensificação das relações entre a Península e o Alentejo litoral (particularmente com Sines) e central (Vendas Novas/Évora).

O PROT AML é constituído pelos seguintes capítulos:

- Capítulo I – Introdução – contém o enquadramento legal, institucional e estratégico, descreve o âmbito territorial e o conteúdo material e documental;
- Capítulo II – Avaliação – contém a avaliação do PROTAML vigente e a síntese do diagnóstico estratégico;
- Capítulo III – Visão e Eixos Estratégicos – apresenta a visão que traduz a ambição da

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Região a longo prazo, fundamentada pelas análises de natureza estratégica e prospectiva e explicitada nos objectivos estratégicos de desenvolvimento regional, em estreita articulação com a Estratégia Regional Lisboa 2020 para a AML e os Eixos estratégicos, que traduzem as grandes opções de desenvolvimento da região e enquadram as intervenções preconizadas para os principais sistemas com expressão territorial;

- Capítulo IV – Modelo – traduz as grandes linhas de intervenção das políticas com expressão espacial;
- Capítulo V – Normas Orientadoras – definem as orientações e directrizes que o devem orientar a actuação das entidades públicas na prossecução da estratégia do PROTAML.

OBJECTIVOS

- Desenvolver, no âmbito regional, as opções do PNPOT e dos planos sectoriais;
- Traduzir, em termos espaciais, os grandes objectivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulado no plano de desenvolvimento regional;
- Definir medidas / intervenções com vista à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regional;
- Servir de quadro de referência para a elaboração dos Planos Intermunicipais e Municipais.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

Pegões, na fronteira com o Alentejo poderá na sequência de um processo de ordenamento articulado com o PROT Alentejo, constituir o centro ordenador de um território vasto, entre Vendas Novas e as polarizações mais periféricas da Península de Setúbal.

No que diz respeito ao Novo Aeroporto de Lisboa, uma das directrizes apontadas no PROT pretende salvaguardar que o projecto da estação ferroviária dentro do novo aeroporto não inviabilize a possibilidade de evolução da rede ferroviária, no sentido de, a prazo, permitir futuras ligações directas: para Norte à Linha do Norte e ou à Linha AVF Porto-Lisboa; para Nordeste à Linha de Vendas Novas; e para Sul e Este, sem transbordo nos serviços de AVF e nos serviços da rede convencional.

FICHA N.º 18 – Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

Entidade que o elaborou: CCDRALentejo

Data: Janeiro de 2010

Coordenador / Autor do Documento: CCDRALentejo

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☐ Regional ☒ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O PROT “define o quadro estratégico a desenvolver pelos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e, quando existam, pelos Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIMOT)” (art. 24º, DL 316/07, de 19 de Setembro).



O PROT Alentejo aplica-se ao território da Região Alentejo (NUTS II), e para além dos objectivos de carácter geral acima mencionados, a RCM nº 28/2006, de 23 de Março, determina que o PROT Alentejo, visa:

- Definir as opções estratégicas de base territoriais para o desenvolvimento da região Alentejo;
- Definir o modelo de organização do território regional;
- Identificar os espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT e desenvolver estratégias e propostas adequadas à sua diversidade, valorizando especificidades e reforçando complementaridades como meio de afirmação da competitividade e coesão regionais;
- Definir orientações e propor medidas para o uso, ocupação e transformação do solo adequadas às especificidades territoriais e às dinâmicas de localização das actividades;
- Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e rural do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou estruturas ecológicas relevantes;
- Propor medidas para a protecção e valorização do património arquitectónico e

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes;

- g) Identificar e hierarquizar os principais projectos estruturantes do modelo territorial proposto, bem como os que contribuam para o desenvolvimento dos sectores a valorizar, e definir orientações para a racionalização e a coerência dos investimentos públicos;
- h) Contribuir para a formulação da política nacional e regional de ordenamento do território, harmonizando os diversos interesses públicos com expressão espacial, e servir de quadro de referência e definir orientações para as decisões da Administração e para a elaboração de outros instrumentos de gestão territorial;
- i) Definir mecanismos de monitorização e avaliação da execução das disposições do PROT Alentejo.

O PROT Alentejo é constituído, por três relatórios:

a) O Relatório Fundamental, que apresenta e desenvolve:

- i) O Quadro Estratégico de Referência e as Opções Estratégicas de Base Territorial;
- ii) O Modelo Territorial e os sistema de organização territorial que o suportam, nomeadamente, o Sistema Ambiental, o Sistema da Base Económica, o Sistema Urbano e de Suporte da Coesão Territorial e o Sistema de Acessibilidades e de Conectividade Internacional;
- iii) As Normas Orientadoras, organizadas segundo dois tipos de normas: normas de natureza geral e normas específicas com uma natureza operacional;
- iv) O Sistema de Gestão e Monitorização, definindo as funções necessárias a desempenhar pelos serviços e órgãos da CCDR Alentejo com vista a um eficaz processo de gestão e monitorização do Plano.

b) O Relatório Complementar, constituído por dois volumes:

- i) **Volume I – Diagnóstico Prospectivo Regional**, que apresenta os elementos de diagnóstico sectorial e de diagnóstico regional elaborados, fundamentalmente, com base em trabalhos e estudos preexistentes na CCDRA e completados por estudos específicos desenvolvidos durante o processo de elaboração do PROT;
- ii) **Volume II – Programa de Execução e Sistema de Indicadores**, estabelecendo, por um lado, o conjunto de projectos de natureza estruturante e fundamentais à implementação da estratégia regional de desenvolvimento territorial e apresentando, por outro lado, um conjunto de indicadores de referência para a monitorização do processo de implementação do Plano.

c) O Relatório Ambiental, no qual se identifica, descreve e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano.

OBJECTIVOS

- Promover o crescimento económico e o emprego,
- Sustentar a perda demográfica e qualificar os recursos humanos,
- Consolidar o sistema urbano e desenvolver um novo relacionamento urbano-rural,
- Garantir níveis adequados de coesão territorial,
- Valorizar e preservar o património natural e cultural,
- Implementar um modelo de turismo sustentável,
- Potenciar o efeito das grandes infra-estruturas (regionais e nacionais).

VISÃO ESTRATÉGICA

Afirmar o Alentejo como território sustentável e de forte identidade regional, apoiado por um sistema urbano policêntrico, garantindo adequados níveis de coesão territorial e uma integração reforçada com outros espaços nacionais e internacionais, valorizando o seu posicionamento geo-estratégico e os seus activos naturais e patrimoniais.

Esta visão tem em conta o modelo territorial definido no PROT, que diz o seguinte:

“O sub-sistema urbano do Alentejo Central evidencia uma forte amarração, estruturada por Évora e ainda por Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz e Reguengos de Monsaraz. O corredor urbano-logístico desenhado por Lisboa, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Évora, Estremoz, Elvas e Badajoz é evidenciado pela atractividade empresarial e residencial deste eixo, proporcionada pelas infra-estruturas de acessibilidade, logística e de conhecimento existentes ou a polarizar. A localização do aeroporto em Alcochete reforça o posicionamento estratégico dos centros urbanos localizados nas proximidades, com destaque para Vendas Novas e Montemor-o-Novo, tanto para a atractividade residencial como para a localização de novas actividades económicas. Em termos de coesão social, a estrutura urbana e de equipamentos existente garante uma qualidade de serviços e a equidade territorial no acesso ao comércio e serviços. Merece ainda referência neste sub-sistema, o eixo urbano-industrial de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, fortemente especializado no sector industrial das pedras naturais. A qualidade patrimonial e cultural, com destaque para Évora, Elvas, Estremoz, Montemor-o-Novo, Arraiolos e Vila Viçosa, reforça a identidade e a imagem urbana desta região.”

Em termos de opções estratégicas O PROT pretende:

- Valorizar e integrar os centros urbanos de menores dimensões, em particular a sede de concelho que asseguram funções fundamentais de integração de espaços rurais e centralidades potenciais, localizadas em pontos-chave das novas acessibilidades, desenvolvendo um conjunto de pólos com qualidade residencial e dotados de serviços estruturantes do povoamento florestal;
- Promover o eixo Vendas Novas – Montemor – Évora com o espaço dinâmico de descentralização industrial e logística da AML
- Incentivar e acompanhar o desenvolvimento sustentável das actividades turísticas, de

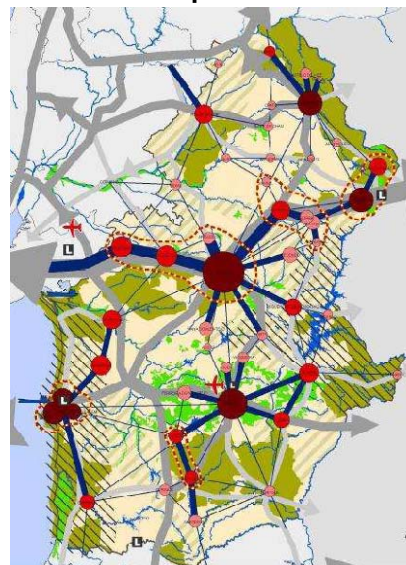
VISÃO ESTRATÉGICA

modo a afirmar uma fileira de produtos turísticos diferenciados que aproveitem em pleno as especificidades e a qualidade ambiental, paisagística, patrimonial e cultural do Alentejo.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT), com mais relevância para o Concelho de Vendas Novas:

- Promover o desenvolvimento equilibrado e sustentado dos espaços rurais e dos recursos naturais.
- Prevenir os factores e as situações de riscos naturais e tecnológicos e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respectivos impactes. Controlar e mitigar os processos associados à desertificação.
- Assegurar a gestão integrada dos recursos hídricos, passando pela protecção da rede hidrográfica e dos aquíferos, e por uma política de uso eficiente da água.
- Reforçar e desenvolver de forma sustentada e mais competitiva os sectores tradicionais estratégicos, ampliando e qualificando as respectivas cadeias de valor e consolidar o desenvolvimento das actividades estratégicas emergentes, diversificando e qualificando a base económica e afirmando novos sectores de especialização regional.
- Potenciar a abertura da Região ao exterior, tirando partido do seu posicionamento geográfico privilegiado no contexto nacional e ibérico, reforçando, por um lado, a sua competitividade das redes de infra-estruturas de transporte, nomeadamente pela sua intermodalidade e/ou conectividade internacional e promovendo, por outro lado, a constituição de um Sistema Regional de Logística Empresarial.
- Desenvolver o modelo de produção agro-florestal e agro-industrial com base nas fileiras estratégicas regionais, garantindo a utilização racional dos recursos disponíveis e promovendo a diversificação das produções e a multifuncionalidade da exploração agrícola.
- Aumentar a atractividade das zonas rurais, com base na multifuncionalidade da agricultura e na melhoria global da qualidade de vida.
- Consolidar a região Alentejo como destino turístico, associado a uma oferta ajustada às características ambientais, naturais e patrimoniais, desenvolvendo uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e identidade e articular as redes de acessibilidade e organizar os sistemas de transporte em torno de uma mobilidade sustentável, de forma a consolidar o sistema urbano policêntrico e a promover a equidade territorial



QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

Eixos Estratégicos de "Vendas Novas 2020"	Objectivos Estratégicos Programa Nacional Político de Ordenamento do Território (PNPOT)					
	OE 1 – Conservar e valorizar a biodiversidade (–)	OE 2 – Reforçar a Competitividade Territorial de Portugal (–)	OE 3 – Promover o desenvolvimento Politécnico (–)	OE 4 – Assegurar a equidade territorial (–)	OE 5 – Expandir as redes e infra-estruturas (–)	OE 6 – Reforçar a qualidade e eficiência da gestão territorial (–)
Eixo I: Consolidar, diversificar e dinamizar a cidade empresarial						
Eixo II: Construir e afirmar a atractividade urbana de Vendas Novas						
Eixo III: Enfatizar Vendas Novas no modelo de territórios sustentáveis						
Eixo IV: Reforçar a capacidade institucional da Autarquia e alargar as iniciativas de cooperação						

 Relação forte  Relação relevante  Relação fraca

Fileiras com potencial impacto na região e particularmente no Concelho de Vendas Novas:

FILEIRA DO MONTADO E DA CORTIÇA

As áreas de montado e sobreiro, para além de ocuparem uma parcela significativa do solo do Alentejo, na qual representam um importante papel nas vertentes produtiva agro-silvo-pastoril, ecológica e ambiental, são a base de uma indústria de transformação de cortiça, constituindo uma valia económica importante.

É necessário aprofundar as capacidades regionais de desenvolvimento tecnológico e inovação empresarial e de produtos. A criação e operacionalização de uma rede de actividades de transformação da cortiça revela-se como uma potencialidade estratégica, dado que permite ligar os principais pólos regionais e centros locais de preparação e transformação da cortiça com vista ao reforço da quota regional de transformação industrial da cortiça.

FILEIRA DA LOGÍSTICA

O Sistema Regional de Logística Empresarial constituirá, uma infra-estrutura que, dando coerência funcional e territorial às infra-estruturas regionais existentes e futuras, pretende reforçar as capacidades da Região na atracção, fixação e desenvolvimento de empresas, promover e valorizar a expansão articulada das várias infra-estruturas regionais e consolidar a afirmação de pólos locais e regionais de desenvolvimento, quer na vertente industrial e empresarial, quer na vertente urbana. Vendas Novas é um dos centros urbanos onde se prevê a localização das principais infra-estruturas do Sistema Regional de Logística Empresarial, devido à suas potencialidades das quais se destacam as seguintes:

- Centro Urbano Estruturante;
- Integrado na área de influência directa do novo aeroporto de Lisboa e na proximidade da Plataforma Logística do Poceirão;
- Inserido na Arco Metropolitano de Lisboa (PNPOT);
- Pólo Regional da Indústria da Cortiça e da Indústria Automóvel;
- Inserido no corredor central e com articulação rodo-ferroviária com Sines, Lisboa, Évora e Espanha

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

A consolidação de uma Rede Regional de Parques Empresariais, que inclui um conjunto destas infra-estruturas em Ponte de Sor, Portalegre, Elvas - Campo Maior, Vendas Novas, Évora, Sines, Beja e na Zona dos Mármore, complementadas com uma Rede Regional de Áreas Logísticas, pode beneficiar o Parque Empresarial de Vendas Novas pela proximidade à Plataforma Logística do Poceirão, articulando-se de forma a explorar sinergias e complementaridades.

Vendas Novas também se destaca pela sua especialização industrial na área do automóvel e da electrónica. De acordo com o PROT, pretende-se criar a Rede do Automóvel, da Aeronáutica e da Electrónica, que tem como pólos constituintes os concelhos de Ponte de Sôr, Vendas Novas, Évora e Beja. Esta Rede pretende o potenciar as sinergias positivas a constituir em torno de um conjunto de actividades instaladas e programadas para a região, beneficiando, assim, do potencial efeito global de aglomeração e de interacção de competências industriais e tecnológicas nestes três sectores de actividade.

FICHA N.º 19 - Programa Territorial de Desenvolvimento do Alentejo Central

Entidade que o elaborou: Associação de Municípios do Distrito de Évora (CIMAC)

Data: 2008

Coordenador / Autor do Documento: CIMAC

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☒

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☒ Municipal ☐

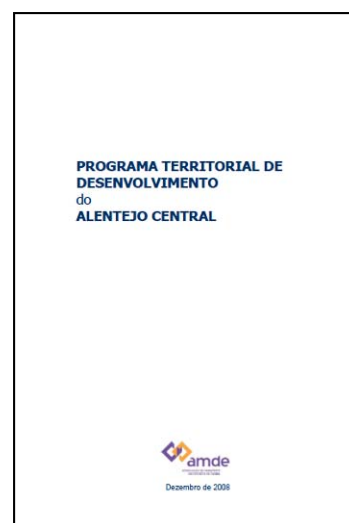
BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O Programa Territorial de Desenvolvimento do Alentejo Central (PTDAC) é uma estratégia territorial de desenvolvimento da NUTS III que integra as prioridades de investimento e o conjunto de intervenções propostas para a subvenção de acordo com a regulamentação vigente.

O documento inclui os seguintes capítulos:

- Uma caracterização da situação socioeconómica da NUTS III do Alentejo Central englobando as diversas áreas relevantes para o desenvolvimento da sub-região.
- Uma análise SWOT que permite identificar as tendências pesadas da realidade socioeconómica do Alentejo Central bem como o quadro de referência (pontos fortes e pontos fracos; ameaças e oportunidades) em que se deverá definir e aplicar a estratégia de desenvolvimento.
- Uma estratégia global de desenvolvimento para as populações e território da NUTS III, enunciando os objectivos e as prioridades estratégicas para o Alentejo Central, numa perspectiva integrada e envolvendo as diversas áreas chave para o desenvolvimento.

Um capítulo relativo à subvenção global propriamente dita que justifica a sua própria existência, identifica o âmbito operacional da Subvenção Global enquanto subconjunto de uma estratégia mais global definida para o Alentejo Central, apresenta o plano financeiro de investimentos e propõe o



BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

modelo de implementação do programa de investimentos envolvido.

OBJECTIVOS

O grande objectivo para o Alentejo Central no horizonte 2015 é "reforçar a competitividade e atractividade do Alentejo Central, apostando na sua nova centralidade, incentivando a inovação e o desenvolvimento sustentável dos seus recursos e assegurando qualidade de vida e coesão social". Os objectivos específicos enunciados correspondem aos quatro eixos estratégicos que deverão nortear as políticas públicas na sub-região nos próximos 7 anos e são: Promover um ambiente empresarial competitivo e inovador, aberto ao exterior; Adaptar e valorizar conhecimentos e competências; Qualificar o ambiente e potenciar o espaço rural Assegurar um modelo territorial e social coeso.

VISÃO ESTRATÉGICA

Reforçar a competitividade e atractividade do Alentejo Central, apostando na sua nova centralidade, incentivando a inovação e o desenvolvimento sustentável dos seus recursos e assegurando qualidade de vida e coesão social.

O eixo estratégico "Promover um ambiente empresarial competitivo e inovador, aberto ao exterior" consubstancia-se através de:

- Apoio directo ao investimento inovador nas empresas;
- Estímulo à investigação de bens e serviços comercializáveis;
- Criação de uma rede de áreas de acolhimento empresarial;
- Factores imateriais da competitividade de natureza colectiva;
- Melhoria do acesso ao mercado de capitais;
- Generalização do acesso à banda larga e da economia digital;
- Modernização e aumento da eficiência dos serviços públicos.

O eixo estratégico " Adaptar e valorizar conhecimentos e competências" consubstancia-se através de:

- Formação ligada à actividade económica;
- Formação ligada à qualificação das organizações da Administração Pública Regional;
- Formação ligada ao desenvolvimento de projectos sociais e iniciativas empresariais de base local;
- Qualificação das entidades formadoras.

A estratégia para o Alentejo Central no que respeita ao eixo "Qualificar o ambiente e potenciar o espaço rural" estrutura-se em torno de 6 prioridades fundamentais:

- Gestão dos recursos hídricos;
- Prevenção e gestão de riscos naturais;

VISÃO ESTRATÉGICA

- Tratamento e valorização de resíduos;
- Recuperação e valorização de zonas extractivas;
- Conservação da natureza e promoção da biodiversidade;
- Valorização económica do espaço rural.

Quanto ao eixo "Assegurar um modelo territorial e social coeso" e face às opções estratégicas globais em curso para o conjunto da região, a promoção deste modelo passará por:

- Reforçar e melhorar o sistema de acessibilidades e de mobilidade territorial;
- Reforçar e melhorar a rede de equipamentos para a coesão social;
- Preservar, valorizar e animar o património material e imaterial;
- Qualificação ambiental da rede urbana;
- Especialização funcional dos centros urbanos.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

- Consolidar o corredor Lisboa-Évora-Badajoz e infra-estruturar os corredores Algarve-Beja-Évora-Portalegre-Castelo Branco e Sines-Évora-Elvas/Badajoz, como elementos estruturantes de um sistema urbano regional policêntrico;
- Valorizar e integrar os centros urbanos de menores dimensões, em particular as sedes de concelhos que asseguram funções fundamentais de integração dos espaços rurais e centralidades potenciais localizadas em pontos-chave das novas acessibilidades, desenvolvendo uma rede de pólos com qualidade residencial e dotados de serviços estruturantes do povoamento rural;
- A nível da potenciação do espaço rural, incrementar a competitividade dos sectores agrícola e florestal, o ordenamento do espaço rural, a gestão sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida e a diversificação económica das áreas rurais;
- Valorizar e integrar os centros urbanos de menores dimensões, em particular as sedes de concelhos que asseguram funções fundamentais de integração dos espaços rurais e centralidades potenciais localizadas em pontos-chave das novas acessibilidades, desenvolvendo uma rede de pólos com qualidade residencial e dotados de serviços estruturantes do povoamento rural;
- Promover o eixo Vendas Novas-Montemor-Évora como um espaço de desconcentração industrial e logística da Área Metropolitana de Lisboa;
- Assumir o papel estratégico da agricultura e apoiar os processos da sua transformação no contexto do desenvolvimento programado para a Região, a criação de condições para estimular novas formas de cooperação entre zonas urbanas e rurais não só ao nível do escoamento de produtos mas também, por exemplo, no que respeita às actividades de lazer e à ocupação agrícola a tempo parcial;
- Reequacionar o papel dos pequenos centros nos territórios rurais mais frágeis, de forma a

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

garantir o acesso equitativo aos serviços para os que neles habitam e trabalham. Neste sentido, os pequenos centros urbanos, sedes de concelho ou não, são fundamentais para a afirmação das relações urbano-rurais e para o fortalecimento do sistema urbano numa lógica de reforço das relações de proximidade;

- Remodelar os corredores rodoviários de nível nacional/europeu, ou seja, Castelo Branco – Portalegre – Évora – Beja – Ourique – Algarve (IP2), Sines – Évora – Elvas – Badajoz (IC33); alargar e electrificar a linha ferroviária Poceirão - Vendas Novas – Évora - Estremoz melhorando o transporte de passageiros; construir a linha ferroviária de alta velocidade Lisboa - Madrid (com estações em Évora e Elvas/Caia) e construir uma moderna linha convencional de mercadorias Sines – Évora – Elvas/Caia;
- Incentivar e acompanhar o desenvolvimento sustentável das actividades turísticas de modo a compatibilizar a protecção e valorização do património natural com a afirmação de uma fileira de produtos turísticos diferenciados que aproveitem em pleno as especificidades e a qualidade ambiental, paisagística, patrimonial e cultural dos vários espaços do Alentejo;
- Desenvolver uma estratégia de resposta integrada a situações de risco nos vários espaços do Alentejo, e em particular face às secas e tendo em conta as diversas capacidades de armazenamento estratégico de água.

FICHA N.º 20 - Programa Operacional da Região Alentejo

Entidade que o elaborou: QREN

Data: Dezembro de 2007

Coordenador/Autor do Documento:

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☒
 Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
 Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☒ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A estratégia de desenvolvimento preconizada para o Alentejo, como qualquer exercício desta natureza, é abrangente e estabelece os grandes princípios orientadores para a construção da visão estabelecida. A prossecução da estratégia exige o empenho de todos os actores e encontra nos fundos comunitários uma alavanca importante para a sua operacionalização.



O Programa Operacional do Alentejo é, neste contexto, apenas um dos instrumentos dos fundos estruturais que deve contribuir para a prossecução da estratégia da região e assume, naturalmente, as orientações estruturantes do QREN e o novo quadro mais exigente e complexo para a política regional com a introdução dos objectivos da Estratégia de Lisboa (conhecimento, inovação e competitividade, para assegurar crescimento e emprego) e da Agenda de Gotemburgo (desenvolvimento sustentável).

O PO do Alentejo evidencia, na estruturação dos seus eixos e objectivos, uma clara articulação com as grandes prioridades estratégicas definidas no "Alentejo 2015", estabelecendo uma perfeita simbiose entre os seus objectivos específicos e os previstos na estratégia regional. A tabela seguinte apresenta os principais domínios de articulação entre o PO Regional e a estratégia da região.

OBJECTIVOS

Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego

- Potenciar a iniciativa empresarial;
- Aumentar a inserção na cadeia de valor das actividades tradicionais;

- Diversificar o perfil especialização pela integração actividades de conteúdo tecnológico e valor acrescentado;
- Implementar um sistema de C&T associado ao desenvolvimento empresarial.

Abertura da economia, sociedade e território ao exterior Consolidar a inserção da região nas redes internacionais

- Melhorar as acessibilidades e a mobilidade regional;
- Dinamizar a logística regional;
- Aumentar a atractividade externa da economia regional.

Melhorar a eficiência e transparência da governação Melhorar a qualidade urbana, rural e ambiental

- Reforçar o sistema urbano e promover a sua articulação;
- Assegurar uma adequada coesão social e territorial Assegurar maior eficiência na gestão dos recursos naturais;
- Valorizar o património natural.

VISÃO ESTRATÉGICA

Alcançar um Alentejo que possa ser reconhecido, interna e externamente, como uma região capaz de gerar pela sua dinâmica empresarial, riqueza e emprego; uma região aberta ao exterior, com qualidade de vida global e exemplar no plano ambiental.

As ideias estruturantes da visão "Alentejo 2015", relativas ao modelo competitivo e à qualidade de vida ambicionados para a região no horizonte 2015, são as seguintes:

- Uma base económica especializada, centrada não apenas nas actividades tradicionais, mas também pela entrada de actividades emergentes, com base na inovação, no conhecimento, e no capital humano, acelerando a capacidade endógena de criação de riqueza;
- Uma região capaz de explorar e construir uma posição favorável nas ligações logísticas entre Portugal e Espanha (polarizadas pela relação entre Lisboa e Madrid), aberta às oportunidades decorrentes da globalização, através da internacionalização, das tecnologias de informação, e da cooperação internacional e inter-regional;
- Um território diversificado, atractivo para a vida, o trabalho e lazer, polarizado pela qualidade ambiental e pela rede de serviços urbanos e rurais, explorando as novas fronteiras territoriais de desenvolvimento, com base numa opção determinada de desenvolvimento sustentável.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

A articulação da estratégia regional de Vendas Novas com a estratégia regional do Alentejo, formulada no respectivo Programa Operacional Regional, apresenta um grau elevado de articulação e sinergias, contribuindo de forma relevante para a realização dos Eixos Estratégicos propostos no PO Regional. Em particular, a estratégia de Vendas Novas realça:

O Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego (Eixo Estratégico I), quando potencia

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

novas iniciativas empresariais, dinamiza o tecido empresarial já existente e diversifica o perfil especialização pela integração actividades de conteúdo tecnológico e valor acrescentado;

Vendas Novas 2020: Construir a Sustentabilidade de uma Localização Privilegiada.

A abertura da economia, sociedade e território ao exterior, (Eixo Estratégico II), quando aposta na melhoria das acessibilidades e da mobilidade regional, na dinamização da logística regional, incluindo a rede regional de parques empresariais, no aumento da atractividade externa da economia regional e na melhoria da eficiência e transparência da governação.

A melhoria da qualidade urbana, rural e ambiental (Eixo Estratégico III) através do reforço do sistema urbano e da promoção da sua articulação com a região onde se insere, da capacidade de assegurar uma adequada coesão social e territorial bem como de promover uma maior eficiência na gestão dos recursos naturais e na valorização do património.

Articulação entre os Eixos Prioritários Estratégicos do Alentejo Central e as Prioridades Estratégicas da Região Central

Eixos Estratégicos de "Vendas Novas 2020"	Prioridades Estratégicas da Região Alentejo 2007-2013		
	Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	Melhoria da qualidade urbana, rural e ambiental
Eixo I: Consolidar, diversificar e dinamizar a cidade empresarial			
Eixo II: Construir e afirmar a atractividade urbana de Vendas Novas			
Eixo III: Enraizar Vendas Novas no modelo de territórios sustentáveis			
Eixo IV: Reforçar a capacidade institucional da Autarquia e alargar as iniciativas de cooperação			

 Relação forte
  Relação relevante
  Relação fraca

Articulação entre a Estratégia Regional e os eixos prioritários do PO do Alentejo

Eixos Prioritários do Programa Operacional do Alentejo	Prioridades Estratégicas da Região Alentejo		
	Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego	Abertura da economia, sociedade e território ao exterior	Melhoria da qualidade urbana, rural e ambiental
I – Competitividade, inovação e conhecimento			
II – Desenvolvimento urbano			
III – Conectividade e articulação territorial			
IV – Qualificação ambiental e valorização do espaço rural			
V – Governação e capacitação institucional			
VI – Assistência técnica			

FICHA N.º 21 - Programa Regional de Inovação do Alentejo – PRIA

Entidade que o elaborou: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Data: Dezembro de 2005

Coordenador / Autor do Documento: Augusto Mateus & Associados

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☒ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

PARTE I - A CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA E O POSICIONAMENTO COMPETITIVO DA REGIÃO DO ALENTEJO

São abordadas as questões mais gerais associadas ao posicionamento económico, social e competitivo da região face ao espaço nacional e a outras regiões europeias.

O diagnóstico quantifica e consubstancia as conhecidas fraquezas da região em termos dos seus problemas demográficos, envelhecimento da população, baixas qualificações da população e das organizações, bem como a fraca densidade de recursos regionais empregues em actividades de inovação, ciência e tecnologia. A primeira parte termina com a identificação do perfil de especialização produtiva do Alentejo e das suas sub-regiões.



Na PARTE II - UMA VISÃO PARTICULAR DOS SECTORES MAIS RELEVANTES PARA A INOVAÇÃO NO PANORAMA ALENTEJANO

São exploradas as dinâmicas de desenvolvimento de um conjunto de sectores relevantes para o dinamismo da economia regional do Alentejo – agricultura e recursos agro-alimentares, vitivinicultura, rochas ornamentais, Cortiça e turismo –, procurando aferir (i) a respectiva relevância económica de cada sector no contexto internacional, (ii) as respectivas trocas comerciais a nível internacional, bem como (iii) a relevância e o peso económico dos sectores no país e na região.

Para os diferentes sectores contempla uma análise SWOT que resume as fraquezas e potencialidades do sector e ajuda a configurar os seus principais desafios para o futuro. Este ponto

termina com a análise das potencialidades de desenvolvimento de cada um destes sectores no Alentejo.

PARTE III - PLANO REGIONAL DE INOVAÇÃO DO ALENTEJO,

São apresentados os pressupostos em que se baseou a estratégia de inovação regional, passando-se posteriormente à definição da missão e dos objectivos estratégicos.

O Plano Regional de Inovação do Alentejo encontra-se, assim, estruturado em três programas: o Alt-Inov – destinado a apoiar a inovação nas empresas da região, o Alt-CiTec – destinado a apoiar as infra-estruturas de suporte de ciência e tecnologia e a criação de uma envolvente transaccional capaz de estimular a inovação e o Alt-Meditec – que pretende estimular a mediação tecnológica, a transferência de tecnologia, a difusão de informação

OBJECTIVOS

- Expandir as actividades científicas e tecnológicas da região, multiplicando significativamente os Recursos Humanos e as despesas com I&D;
- Promover de forma activa nas empresas uma mudança cultural no sentido de favorecer uma visão da inovação em colaboração com outras empresas e entidades, como principal factor de competitividade
- Estruturar um modelo de articulação dos apoios locais à tecnologia e inovação, ou seja, consolidar um sistema de mediação e acompanhamento entre a oferta científica e tecnológica e as empresas, bem como entre as diferentes opções de financiamento e o tecido produtivo local;
- Estimular a criação de novas actividades de base tecnológica em sectores emergentes que possam ajudar a diversificação do tecido produtivo para áreas de maior intensidade tecnológica do tecido produtivo para áreas de maior intensidade tecnológica.

VISÃO ESTRATÉGICA

Implementar um modelo de Sistema de Ciência-Tecnologia-Inovação adequado às necessidades da região e que sirva de catalisador do desenvolvimento das empresas e produtores.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

No que se refere a Vendas Novas particular, é de salientar o seguinte: contrastando com o peso do sector suberícola na região, a oferta científica e tecnológica e de inovação desenvolvida regionalmente é diminuta e centrada em aspectos muito específicos do processo de produção e transformação da cortiça. Este será certamente um aspecto a corrigir no futuro, a acompanhar a deslocação da actividade industrial para o Sul.

No sector da cortiça, e tendo presente as necessidade para a inovação e tecnologia identificadas, a produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico terão um papel decisivo no fortalecimento da sustentabilidade de toda a fileira, desde a produção da matéria-prima à sua

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

transformação industrial e comercialização. Num ambiente de crescente colaboração intra-sectorial, é importante promover, com esse fim, as relações e parcerias entre o sector e os institutos e centros de investigação com especial destaque para as parcerias entre empresas e institutos ou universidades que fomentem o desenvolvimento de tecnologia industrial (ao nível de processos, equipamentos e produtos) e a investigação e desenvolvimento tecnológico no sector florestal (focando a reflorestação e a recuperação do montado, novas técnicas suberícolas e equipamentos).

Complementarmente, o desenvolvimento da capacidade de absorção deste conhecimento (particularmente através do fomento de uma cultura propícia à inovação) e da requalificação e formação dos recursos humanos, capazes de assegurar uma efectiva transferência do conhecimento e das novas tecnologias para as empresas da região, constitui igualmente um factor essencial de sucesso de uma estratégia de desenvolvimento regional assente na inovação.

A adopção de boas práticas suberícolas, a mecanização de algumas operações florestais, a promoção da multifuncionalidade do montado, a inovação tecnológica de processos, equipamentos e produtos na indústria corticeira (complementada com a introdução de sistemas de controlo de qualidade, com a aplicação industrial de patentes e com o desenvolvimento de unidades de demonstração à escala industrial), bem como a formação dos quadros técnicos constituem exemplos de acções para a inovação.

FICHA N.º 22 - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central

Entidade que o elaborou: Direcção-Geral de Recursos Florestais (DGRF)

Data: 2006

Coordenador/Autor do Documento: DGRF - MADRP

Tipo de Documento:

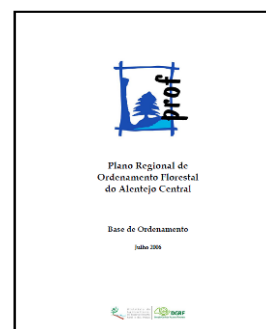
Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
 Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
 Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Nacional ☐ Regional ☒ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO:

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central (PROF-AC) é um instrumento de gestão da floresta a nível regional que visa administrar correctamente os espaços florestais de modo a valorizar, proteger e gerir de forma sustentável os recursos florestais. O PROF-AC abrange os municípios de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Sousel, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo, Vila Viçosa e Évora.



O plano compreende duas fases que incluem, numa primeira fase, a avaliação das potencialidades dos espaços florestais do ponto de vista dos seus usos dominantes; a definição do elenco de espécies a privilegiar nas acções de expansão ou reconversão do património florestal e a definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, de sensibilidade à erosão e de importância ecológica, social e cultural.

Na segunda fase inclui a identificação dos modelos gerais de silvicultura e de gestão de recursos mais adequados; a aplicabilidade dos modelos gerais de silvicultura, definição das normas específicas de silvicultura e de gestão sustentada dos recursos a utilizar.

OBJECTIVOS:

O PROF-AC tem por objectivo "potenciar a organização dos espaços florestais do Alentejo Central, numa óptica de uso múltiplo e desenvolvimento sustentado, e em articulação com os restantes instrumentos de gestão territorial". São comuns a todas as sub-regiões homogéneas a prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- a) Diminuir o número de ignições de incêndios florestais;
- b) Diminuir a área queimada;
- c) Promover o redimensionamento das explorações florestais de forma a otimizar a sua gestão, nomeadamente:
 - i) Divulgar informação relevante para desenvolvimento da gestão florestal;
 - ii) Realização do cadastro das propriedades florestais;
 - iii) Redução das áreas abandonadas;
 - iv) Criação de áreas de gestão única de dimensão adequada;
 - v) Aumentar a incorporação de conhecimentos técnico-científicos na gestão através da sua divulgação ao público-alvo.
- d) Aumentar o conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais.
- e) Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do plano.

VISÃO ESTRATÉGICA:

"Espaços florestais sustentáveis e multifuncionais, onde se complementam as actividades tradicionais dos montados e as novas oportunidades provenientes de projectos estruturantes e onde a floresta desempenha um papel determinante na caracterização da paisagem".

QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE RELEVO PARA A A21L DE VENDAS NOVAS

O PROF define um conjunto de sub-regiões homogéneas, o município de Vendas Novas insere-se na Sub-região Homogénea Montados do Alentejo Central e na Charneca do Tejo e Sado;

Na Sub-região homogénea montados do Alentejo Central há um forte potencial para o desenvolvimento da silvopastorícia e da caça é elevado assumindo estas actividades grande importância, ainda que nesta sub-região tenham de obedecer às condicionantes de protecção. Verifica-se a existência de áreas com aptidão preferencial para o sobreiro e alguma de azinho. Aqui, a floresta desempenha diferentes funções ocupando uma distribuição espacial com dimensão e que

QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE RELEVO PARA A A21L DE VENDAS NOVAS

caracteriza a paisagem.

Os objectivos específicos para esta sub-região são:

- a) Desenvolver a actividade silvopastoril, nomeadamente:
 - i) Aumentar o conhecimento sobre o potencial silvopastoril da sub-região;
 - ii) Optimizar a gestão dos recursos silvopastoris;
 - iii) Integrar totalmente a actividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados.
- b) Aumentar a actividade associada à caça, nomeadamente:
 - i) Aumentar o conhecimento do potencial cinegético da região;
 - ii) Aumentar o número de áreas com gestão efectiva e a rendibilidade da actividade cinegética;
 - iii) Aumentar o nível de formação dos responsáveis pela gestão de zonas de caça.
- c) Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores associada ao aproveitamento para recreio nos espaços florestais, nomeadamente:
 - i) Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da actividade da pesca;
 - ii) Aumentar e melhorar as infra-estruturas de suporte à actividade piscatória nas zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário.
- d) Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente o mel, os cogumelos, pinhão, plantas aromáticas, condimentares e medicinais;
- e) Direcctionar as produções de cortiça no sentido de uma maior valorização dos produtos finais;
- f) Recuperar os espaços florestais que apresentem baixa vitalidade;
- g) Controlar e erradicar o nemátodo da madeira do pinheiro (NMP);
- h) Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;
- i) Criar incentivos à fixação da população.

Na sub-região Montados do Alentejo Central de uma forma generalizada são aplicáveis as **normas de intervenção** de suporte à produção de cortiça, à pastorícia e à caça, uma vez que estas actividades têm elevado potencial. São actividades tradicionais, apresentando bons níveis de produção e que caracterizam a paisagem. Associadas a este tipo de ocupação estão também as actividades da pesca nas barragens que integram esta sub-região, pelo que se deverá ter também em atenção normas de intervenção que suportem estes tipos de actividades.

Outra das funções para a qual se encontra direcctionada esta sub-região é a de recreio e estética da paisagem pelo que as normas de intervenção deverão também incidir nos espaços florestais com função de recreio, enquadramento de actividades de recreio e contemplação, bem como o enquadramento de equipamentos turísticos.

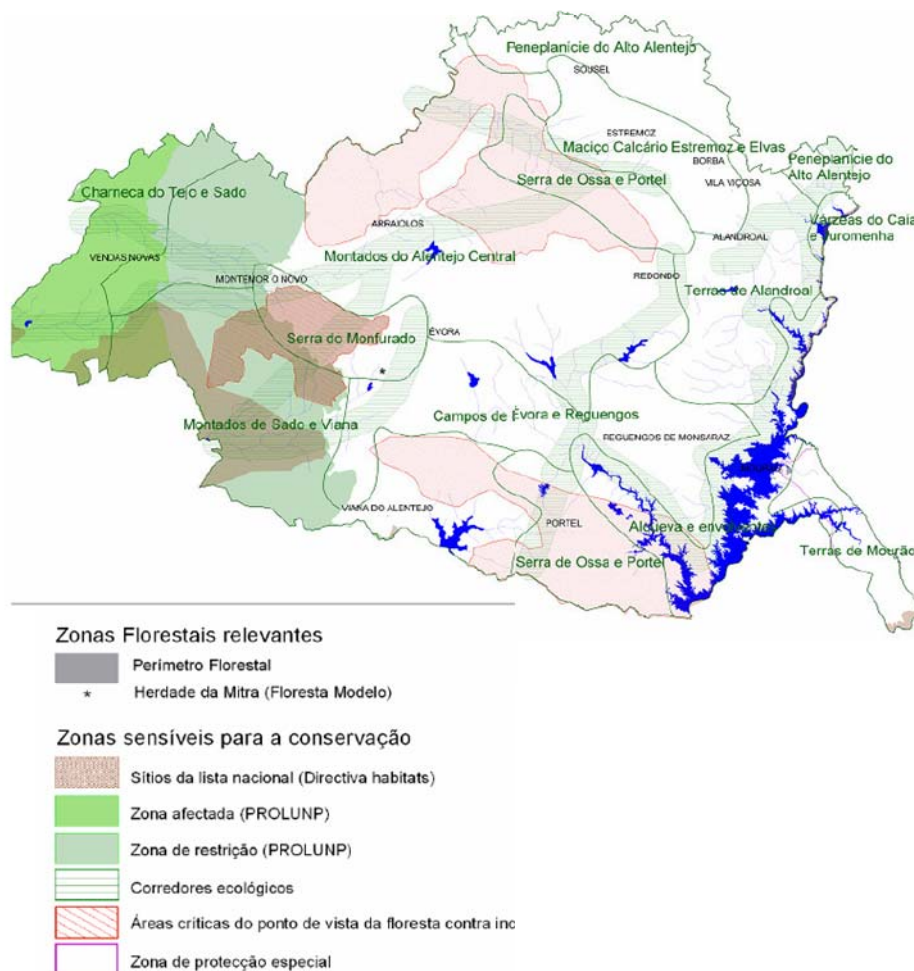
As normas de intervenção nos espaços florestais dos Montados do Alentejo central são as referentes aos:

- Espaços florestais de suporte e à pastorícia;
- Espaços florestais de suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas;
- Espaços florestais de suporte à pesca em águas interiores;
- Espaços florestais com função de produção de cortiça;
- Espaços florestais com função de produção de frutos e sementes;

QUESTÕES ESTRATÉGICAS DE RELEVO PARA A A21L DE VENDAS NOVAS

- Espaços florestais com função de protecção contra a erosão hídrica;
- Espaços florestais com função de protecção da rede hidrográfica.

Saliente-se que na sub-região homogénea da Charneca do Tejo e Sado existe uma área classificada como. Zonas sensíveis do ponto de vista da conservação de habitats., que corresponde à área de Sítio Classificado do Estuário do Sado existente no concelho de Vendas Novas.



Integração do concelho de Vendas Novas nas Sub-regiões Homogéneas delimitadas pelo PROF do Alentejo Central (Fonte: DGRF, 2006)

FICHA N.º 23 - Corredor Azul - Rede Urbana para a inovação e competitividade

Entidade que o elaborou: Promotores do Projecto : Município de Évora (Lider) e os municípios de Elvas, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz, Sines, Santiago do Cacém, Borba, Arraiolos e Vila Viçosa

Data : Outubro 2008

Coordenador / Autor do Documento: ADRAL com assessoria de Augusto Mateus & Associados

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
 Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☒ Relatório ☐
 Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☒ Municipal ☐

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A Rede "Corredor Azul" é composta pelos Municípios de Évora, Arraiolos, Borba, Elvas, Estremoz, Montemor-o-Novo, Santiago do Cacém, Sines, Montemor-o-Novo e Vila Viçosa e pelos parceiros Inst. Emprego e Formação Profissional, Universidade de Évora, Escola Superior Agrária de Elvas, ADRAL, Cevalor Fundação Alentejo, Sociedade do Parque Industrial de Montemor-o-Novo e Administração do Porto de Sines.

A Rede Corredor Azul faz parte de um instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação visa ultrapassar as fragilidades das cidades portuguesas através de estratégias de cooperação inter-urbana e da constituição de redes urbanas com dimensão e massa crítica suficientes para desenvolver novas funções e atrair actividades inovadoras.

A candidatura contemplou de forma genérica seguintes elementos:

- Enquadramento
- Caracterização sócio económica
- Desígnios do Alentejo e constituição da rede
- A Rede
- A Estratégia

Com esta Rede, assente na Competitividade e Inovação, pretende-se identificar aspectos chave e pontos comuns nos dez Municípios aderentes que conduzam ao "caminho da inovação" e estabelecer correlações entre as mesmas tendo em conta os sectores de actividade e a dimensão de cada cidade e aglomerado.

OBJECTIVOS

O projecto tem como objectivo global a criação de uma rede urbana para a promoção da competitividade e inovação, envolvendo um conjunto diversificado de cidades e aglomerados urbanos e apostando claramente em três Eixos Prioritários de Intervenção:

- Tecnologia e Logística; Produtos Tradicionais Turismo, Cultura e Património.

VISÃO ESTRATÉGICA

A estratégia delineada para a rede de cidades e aglomerados aqui dinamizada gira em torno de alguns factores de diferenciação destinados à promoção da competitividade e da inovação destes territórios tendo como pano de fundo a globalização da economia.

O projecto está estruturado em torno dos seguintes eixos:

Eixo 1 – Consolidar, Dinamizar e Diversificar a Base Económica e o Tecido Empresarial dos Territórios integrantes;

Eixo 2 – Construir e afirmar a atractividade urbana das cidades e territórios, assegurando o desenvolvimento do ordenamento e qualificação urbana;

Eixo 3 – Construir e Desenvolver territórios e cidades sustentáveis e criativas desenvolvendo uma rede de equipamentos culturais, desportivos, sociais e qualificação os recursos humanos;

Eixo 4 – Reforçar a capacidade institucional dos Municípios e dos Territórios, pondo em prática o desenvolvimento e aprofundamento da utilização das novas Tecnologias de Informação, aos mais variados níveis (territorial, económico, social e cultural), aprofundando as parcerias público-privado; público-público e territorial.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

Vendas Novas – Centro urbano estruturante do sub-sistema urbano central identificado pelo PROTAlentejo. Com cerca de 8 a 9 000 habitantes revela um importante dinamismo industrial, sobretudo no que se refere à capacidade de atracção industrial e de logística intermédia, com relevância para o investimento estrangeiro e a indústria de média e alta tecnologia - vd. Enquadramento sócio económico.

Este Município aparece ainda favorecido pelas acessibilidades que servem o concelho, nomeadamente as rodovias A6/A2/A13 e as linhas ferroviárias do Alentejo e de Vendas Novas -Setil.

Factores de Destaque /Valor acrescentado à rede:

- Atracção de investimento externo;
- Excelente localização geográfica e acessibilidades;
- Integrado na “rede comunitária de banda larga”;
- Dinamismo empresarial;
- Infra-estruturas de apoio às empresas com dimensão;
- Destaca-se no sector da Cortiça.

FICHA N.º 24 - Plano Director Municipal de Vendas Novas (PDM)**Entidade que o elaborou:** Câmara Municipal de Vendas Novas**Data:** : 1999**Coordenador / Autor do Documento:** TEKTON**Tipo de Documento:**Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐Acção Específica ☐**Nível de Actuação:**Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒**BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO**

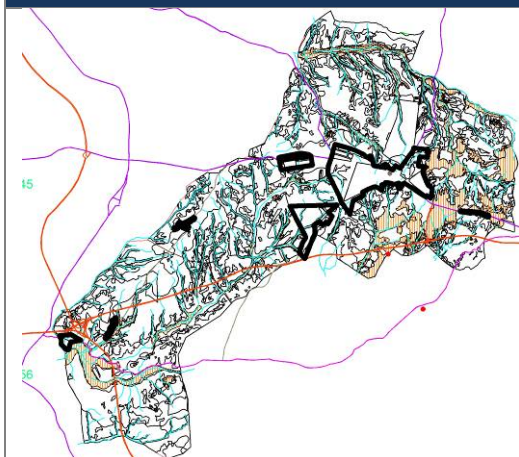
Elaborado ao abrigo do Decreto-Lei nº Decreto-Lei 208/82, de 26 de Maio, (alterado pelo Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro), o PDM foi ratificado pela RCM nº 137/99, DR 253 – I Série B, 29-10-1999 e, nos parágrafos seguintes, apresenta-se a suas principais características distintivas.

O PDM é um instrumento de Planeamento de ocupação, uso e transformação do território municipal, pelas diferentes componentes sectoriais da actividade nele desenvolvidas. O Plano Director Municipal (PDM), estabelece um modelo de estrutura espacial do território municipal, constitui uma síntese estratégica do desenvolvimento e ordenamento local, integra as opções de âmbito nacional e regional. A sua elaboração é obrigatória.

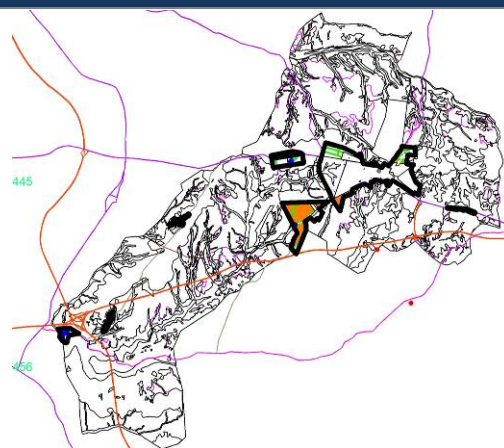
O PDM é constituído por:

- Regulamento;
- Planta de ordenamento – que representa o modelo de organização espacial do território municipal, de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação dos solos e ainda as unidades operativas de planeamento e gestão definidas;
- Planta de condicionantes – identifica servidões e restrições de utilidade pública.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO



Planta de Condicionantes (PDM Vendas Novas)



Planta de Ordenamento (PDM Vendas Novas)

OBJECTIVOS

Apoiar o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho através de uma utilização racional, com vista à melhoria da qualidade de vida das populações; Promover uma gestão dos recursos do território que proteja os seus valores, compatibilizando-os com a ocupação, uso e transformação pretendida.

VISÃO ESTRATÉGICA

Este documento visa promover uma gestão dos recursos do território que proteja os seus valores compatibilizando-os com a ocupação, uso e transformação pretendida.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

O PDM irá entrar em revisão, pelo que os documentos que dele advém podem servir para reforçar a estratégia delineada para a Agenda 21 Local de Vendas Novas.

FICHA N.º25 – Plano de Urbanização da Cidade de Vendas Novas – Pré Proposta

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Vendas Novas

Data: : 2009

Coordenador/Autor do Documento:

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐
Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐
Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O plano de urbanização concretiza, para uma determinada área do território municipal, a política de ordenamento do território e de urbanismo, fornecendo o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas e definindo a estrutura Urbana, o regime de uso do solo e os critérios de transformação do território” O Plano de Urbanização de Cidade de Vendas Novas (PUVN) estabelece o regime de uso do solo define a organização espacial da Cidade, na área coincidente com o perímetro urbano delimitado na Planta de Zonamento.

O Plano de urbanização é composto pelos seguintes elementos:

- a) Regulamento;
- b) Planta de Zonamento, à escala 1/5000;
- c) Planta de Condicionantes, à escala 1/5000.

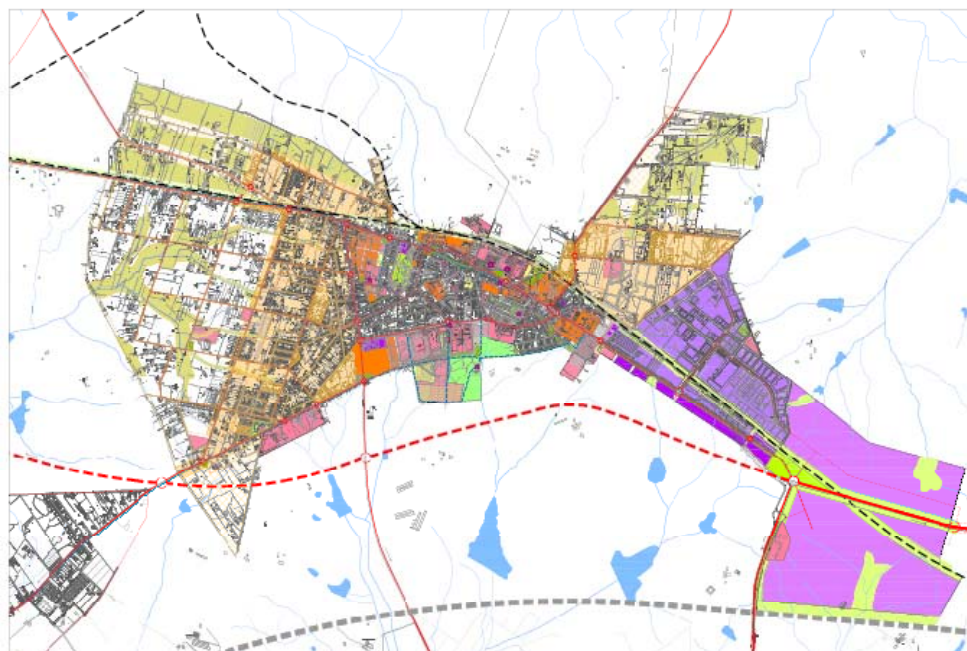
O PUVN é acompanhado por:

- a) Relatório de caracterização da área de intervenção do Plano;
- b) Relatório do Plano, Plano de Financiamento e Programa de Execução;
- c) Planta de Enquadramento;
- d) Extracto do PDM – Planta de Condicionantes – escala 1:25.000;
- e) Extracto do PDM – Planta de Ordenamento – escala 1:25.000;
- f) Planta da situação existente – escala 1/5000;
- g) Planta de volumetrias – escala 1/5000;
- h) Planta funcional – R/chão – escala 1/5000;
- i) Planta funcional – restantes pisos – escala 1/1000;
- j) Planta do estado de Conservação dos Edifícios;
- k) Planta dos Equipamentos; l) Planta da REN

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

- m) Planta da Hierarquização da rede rodoviária da Cidade de Vendas Novas - escala 1/10.000

Carta de Zonamento



Estrutura Ecológica

Zonas Verdes Urbanas

- Parque urbano de azar
- Verde urbano
- Jardins Públicos e recepção à cidade
- Percurso verde de proteção e ligação/jardim verde
- Verdes de proteção
- Solo Rural
- Reserva Ecológica Nacional

Equipamentos

- | Existentes | Previstos |
|---------------------------|-----------|
| E | E |
| Parques de estacionamento | |

Estrutura Viária

Rede Rodoviária

- | Existente | Prevista |
|-----------|----------|
| — | — |
| — | — |
| — | — |
| — | — |
| — | — |
| — | — |
| — | — |

Rede Ferroviária

- Rede Convencional (Existente)
- Rede Alta Velocidade (Prevista)

Espaços de Atividades Económicas

- | | |
|-----|-------------------------------------|
| IC | Industriais (a consolidar) |
| IE | Industriais de Expansão |
| ITE | Industriais e Terciário de Expansão |
| T | Terciário |
| LE | Apoio Logístico |

Fonte: CMVN

OBJECTIVOS

Tem como objectivo definir a organização espacial de uma determinada parte do território municipal, que exija uma intervenção integrada de planeamento nomeadamente a definição da rede viária estruturante, localização de equipamentos de uso e interesse colectivo, a estrutura ecológica, o sistema urbano de circulação e transportes, o estacionamento, etc.

VISÃO ESTRATÉGICA

Contribuir para a fixação de população, bens e serviços e dar resposta aos desígnios da Estratégia para Vendas Novas 2020.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

- Requalificar a estrutura urbana e racionalizar e programar o crescimento urbano;
- Definir áreas destinadas a actividades económicas para captar novos investimentos e criar novos postos de Trabalho;
- Definir uma estrutura ecológica urbana (EEU) (valorizando as potencialidades ambientais existentes e a integração harmoniosa nos espaços naturais envolventes);
- Proporcionar à população diferentes tipologias de zonas verdes de utilização colectiva;
- Estruturar o sistema viário existente e previsto (como opção de qualificação e funcionalidade urbana);
- Beneficiar as Infra-estruturas urbanas existentes e definir uma rede capaz de dar uma resposta adequada ao desenvolvimento urbano previsto;
- Preservar, recuperar e proteger os valores culturais existentes.

OBSERVAÇÕES

Documento sujeito a aprovação

FICHA N.º 26 - Plano de Urbanização da Landeira – Proposta

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Vendas Novas

Data: : 2009

Coordenador / Autor do Documento: OA - Oficina de Arquitectura

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O plano de urbanização concretiza, para uma determinada área do território municipal, a política de ordenamento do território e de urbanismo, fornecendo o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas e definindo a estrutura urbana, o regime de uso do solo e os critérios de transformação do território. O Plano de Urbanização da Landeira é composto pelos seguintes elementos:

PEÇAS ESCRITAS	PEÇAS DESENHADAS
Estudos de Caracterização	- Planta de Enquadramento - Extracto da Planta Síntese do Plano mais Abrangente - Extracto da Planta de Condicionantes do Plano mais Abrangente - Plantas da Situação Existente - Plantas das Infraestruturas Viárias - Plantas das Infraestruturas Urbanas - Planta dos Resíduos Sólidos Urbanos - Planta dos compromissos urbanísticos
Relatório	- Planta da Estrutura Ecológica do Aglomerado
Relatório ambiental	- Plantas de Trabalho (planta de apresentação e plantas com as propostas)
Regulamento	- Planta de Zonamento - Planta de Condicionantes

OBJECTIVOS

Tem como objectivo definir a organização espacial de uma determinada parte do território municipal, que exija uma intervenção integrada de planeamento nomeadamente a definição da rede viária estruturante, localização de equipamentos de uso e interesse colectivo, a estrutura ecológica, o sistema urbano de circulação e transportes, o estacionamento, etc.

VISÃO ESTRATÉGICA

Contribuir para a fixação de população, bens e serviços e dar resposta aos desígnios da Estratégia para Vendas Novas 2020.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

- Requalificar a estrutura urbana e racionalizar e programar o crescimento urbano;
- Definir áreas destinadas a actividades económicas para captar novos investimentos e criar novos postos de Trabalho;
- Definir uma estrutura ecológica urbana (EEU) (valorizando as potencialidades ambientais existentes e a integração harmoniosa nos espaços naturais envolventes);
- Proporcionar à população diferentes tipologias de zonas verdes de utilização colectiva;
- Estruturar o sistema viário existente e previsto (como opção de qualificação e funcionalidade urbana);
- Beneficiar as Infra-estruturas urbanas existentes e definir uma rede capaz de dar uma resposta adequada ao desenvolvimento urbano previsto;
- Preservar, recuperar e proteger os valores culturais existentes.

OBSERVAÇÕES

Documento sujeito a aprovação

FICHA N.º27 - Plano de Pormenor – Entrada Sul – Parque da Cidade

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Vendas Novas

Data: : 2009

Coordenador/Autor do Documento: TORRES VOUGA ARQUITECTURA, LDA

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A área de intervenção do Plano de Pormenor da “Entrada Sul – Parque da Cidade” de Vendas Novas encontra-se formal e legalmente abrangida, na totalidade, pelo Plano Director Municipal (PDM) de Vendas Novas.

Na elaboração deste Plano são tidos em consideração os princípios de ordenamento do território consagrados, de uma forma geral, na legislação de suporte como a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 54/2007, de 31 de Agosto) e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, consagrado no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro (nomeadamente os seus Artigos 91º e 92º que definem, respectivamente, o seu conteúdo material e documental).

São também observados os demais diplomas legais aplicáveis, designadamente o Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, o Decreto-Lei n.º 163/2007, de 8 de Agosto, o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Julho, a Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de Março, bem como observadas as normas constantes dos Regulamentos municipais nomeadamente as do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Concelho de Vendas Novas (Regulamento n.º 28/2009, de 14 de Janeiro) e as do Regulamento de Taxas Urbanísticas (Regulamento n.º 49/2009, de 21 de Janeiro). São ainda tidos em atenção, enquanto documentos orientadores do ordenamento da cidade, o “Plano de Urbanização de Vendas Novas”, nomeadamente no que diz respeito aos usos, índices de ocupação e número máximo de pisos previstos, o “Estudo de Circulação e Estacionamento na Cidade de Vendas Novas”, o estudo “Mobilidade Sustentável em Vendas Novas” e o “Plano Municipal do Ambiente”.

OBJECTIVOS

Pretende-se que este instrumento expresse, territorialmente, a estratégia de desenvolvimento delineada noutros instrumentos de planeamento e ordenamento do território, designadamente no Plano de Urbanização da Cidade de Vendas Novas, usufruindo de novos conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade, urbanismo humanizado e arquitectura do território.

Esta intervenção representa mais um passo importante na política de planeamento e desenvolvimento urbanístico preconizada pela autarquia para o município. Com efeito, o presente instrumento de gestão territorial enquadra-se num cenário concelhio próspero, onde todas as acções a desenvolver nos vários domínios funcionais deverão, no âmbito da política de planeamento territorial desenvolvida até ao momento.

VISÃO ESTRATÉGICA

O Plano de Pormenor da "Entrada Sul – Parque da Cidade" de Vendas Novas resulta da necessidade de dotar Vendas Novas e em particular da sua "Entrada Sul" de um instrumento de planeamento urbanístico, expressão de uma ideia de Vendas Novas como cidade dinâmica e atractiva, pensada para os novos tempos.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

Construir e afirmar a atractividade urbana de Vendas Novas enquanto cidade para viver e trabalhar, promovendo os seguintes aspectos:

- Requalificação do sector sul de Vendas Novas, colmatando o perímetro urbano de Vendas Novas e valorizando-o enquanto "porta" da cidade;
- Integração de projectos e iniciativas em desenvolvimento, para os equipamentos desportivos, de lazer, de feiras e exposições e parque urbano;
- Fomento da diversificação de usos e da multiplicidade a todos os níveis, Reordenamento viário – estruturando a rede rodoviária através da definição de perfis ajustados às necessidades funcionais da área, redefinindo e criando áreas de estacionamento, e organizando um percurso de circulação suave e ambiental, para peões e ciclistas;
- Valorização paisagística dos recursos naturais existentes, através do aproveitamento para a localização de equipamentos e de espaços verdes;
- Criação de postos de trabalhos, geração de riqueza e fixação de recursos humanos qualificados.

FICHA N.º 28 - Vendas Novas 2020: Estratégia de Desenvolvimento

Titulo do Documento:

Entidade que o elaborou: Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores

Data: 2008

Coordenador/Autor do Documento: Augusto Mateus

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☒ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Quando no final do ano 2000 foi aprovado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho de Vendas Novas (PEDVN), o município assumiu de convicção plena a importância que o planeamento estratégico municipal representa para o desenvolvimento do concelho. Correspondendo à metodologia utilizada à época, na sua elaboração, pelas “cidades médias europeias”, e mais recentemente desenvolvida ao nível da implementação de um processo Agenda 21 Local, permitiu envolver em grande escala eleitos, agentes locais, entidades regionais e nacionais com o objectivo geral de “Ajudar a transformar Vendas Novas num Concelho cada vez mais solidário, culto, desenvolvido, competitivo, atraente e melhor para viver”.

A elaboração da revisão do PEDVN surgiu num momento particularmente rico de incidências em matéria de planeamento do desenvolvimento futuro do Concelho, momento que resulta da convergência de diversos factores relevantes, particularmente a publicação do PNPO e a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT) e os investimentos estruturantes anunciados para a região, sobre a influência do “Arco Atlântico da AML”, como o TGV Lisboa-Madrid, o Novo Aeroporto de Lisboa em Alcochete e a Plataforma Logística do Poceirão-Marateca, projectos com reflexos significativos sobre as condições de desenvolvimento futuro do Concelho e da sua envolvente mais próxima. Competitividade, criatividade, investigação e



BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

conhecimento são factores fundamentais para o desenvolvimento dos territórios, o Plano Estratégico Vendas Novas 2020, e o correspondente Plano de Acção 2007-2013, assume-se como um documento de orientação estratégica do concelho e da acção do município, mas também das empresas, das associações, das instituições e da sociedade civil. Aqui estão definidos objectivos estratégicos, acções integradas, promotores e parcerias, projectos e acções ao nível local, supra-municipal e regional, para que Vendas Novas cumpra o desígnio integrador e mobilizador, perspectivado no horizonte de 2020, de Construir a Sustentabilidade de uma Localização Privilegiada, colocando o concelho de Vendas Novas na rota do desenvolvimento sustentável, assumindo a sua centralidade urbana no contexto do Alentejo Central, aproveitando as potencialidades de desenvolvimento industrial e de serviços associadas à expansão do actual Parque Industrial, diversificando-o como uma referência na localização empresarial e como importante porta logística de entrada na Área Metropolitana de Lisboa e, simultaneamente, potenciando a coesão e atractividade do território e o seu enraizamento no modelo de território sustentáveis e saudáveis.

OBJECTIVOS

Eixos Estratégicos		Acções Integradas	
1	Consolidar, diversificar e dinamizar a cidade empresarial	1	Parque Empresarial
		2	Porta Logística Nascente da grande Região de Lisboa - Articulação com o Plano Logístico Nacional
		3	Promoção, captação de investimento e dinamização do empreendedorismo
2	Construir e afirmar a atractividade urbana de Vendas Novas	4	Requalificação Urbana - Habitação atractiva
		5	Arco Verde urbano
		6	Requalificação do Centro Histórico, Património e animação cultural
		7	Rede de equipamentos para coesão e atractividade
3	Enraizar Vendas Novas no modelo de territórios sustentáveis	8	Rede de mobilidade regional
		9	Integração do paradigma da vida activa no modelo urbano de Vendas Novas
		10	Excelência ambiental e energética
4	Reforçar a capacidade institucional do Município de VN e alargar as iniciativas de cooperação	11	Valorização dos recursos endógenos e Turismo
		12	Articulação Local-Regional-Central
		13	Cooperação público-público, público-privado e territorial
		14	Planeamento, capacidade técnica, decisão rápida

VISÃO ESTRATÉGICA

"Vendas Novas 2020: Um território Atractivo para Viver, Trabalhar, Investir e Visitar". O modelo estratégico desenhado para o concelho de Vendas Novas, definido através da visão que se pretende projectar para o futuro – **"Vendas 2020: construir a sustentabilidade de uma localização privilegiada"** – é a de um concelho que, de forma equilibrada e sustentável, tem que ser capaz de aproveitar as oportunidades que se abrem, num contexto de mudança, para criar melhores condições para se viver, trabalhar ou visitar o território. A estratégia que se pretende definir deve contribuir para a construção de uma **"Cidade Residencial"** capaz de atrair novos fluxos populacionais, de uma **"Cidade Empresarial"** moderna, competitiva e geradora de emprego qualificado e de uma **"Cidade Sustentável"**, ambientalmente equilibrada e socialmente coesa.

A Visão proposta para o futuro de Vendas Novas valoriza a mobilidade e a criação de um modelo de *"vida activa"*, com fácil circulação pedonal ou em ciclovias, ao longo de um território urbano ambientalmente equilibrado. O reforço das infra-estruturas desportivas locais deve também ser mobilizadora da população para a prática regular de desportos, além de contribuir para a atractividade turística local no segmento específico dos estágios e eventos desportivos. Pretende-se, neste sentido, enraizar Vendas Novas no **"Modelo de Cidades Sustentáveis"**.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

O Plano Estratégico Vendas Novas 2020, e o correspondente Plano de Acção 2007-2013, assume-se como um documento de orientação estratégica do concelho e da acção do município, mas também das empresas, das associações, das instituições e da sociedade civil. Define objectivos estratégicos, acções integradas, promotores e parcerias, projectos e acções ao nível local, supra-municipal e regional, para que Vendas Novas cumpra o desígnio integrador e mobilizador, perspectivado no horizonte de 2020: Construir a Sustentabilidade de uma Localização Privilegiada, colocando o concelho de Vendas Novas na rota do desenvolvimento sustentável, assumindo a sua centralidade urbana no contexto do Alentejo Central, aproveitando as potencialidades de desenvolvimento industrial e de serviços associadas à expansão do actual Parque Industrial, diversificando-o como uma referência na localização empresarial e como importante porta logística de entrada na Área Metropolitana de Lisboa e, simultaneamente, potenciando a coesão e atractividade do território e o seu enraizamento no modelo de território sustentáveis e saudáveis.

Eixo 1: Consolidar, diversificar e dinamizar a cidade empresarial

- Parque Empresarial – expansão, densificação de serviços (inovação, tecnologia, distribuição, formação, aprendizagem, capital humano), aprofundamento do modelo de gestão, captação de novos investimentos;
- Articulação com o Plano Logístico Nacional – Plataforma Logística do Poceirão, articulação da circulação logística Sines – Lisboa – Madrid;

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

- Inserção na Porta Logística nascente da grande Região de Lisboa – mobilidade.

Eixo 2: Construir e afirmar a atractividade urbana de Vendas Novas

- Habitação atractiva para população jovem e qualificada; “Arco Verde” urbano;
- Renovação do Centro Histórico, dinamismo comercial e animação cultural;
- Rede de Equipamentos para coesão social e atractividade;
- Rede de mobilidade regional.

Eixo 3: Enraizar Vendas Novas no modelo de cidades sustentáveis

- Valorização dos recursos endógenos como alavanca do desenvolvimento urbano e da coesão concelhia – sector agro-florestal, produtos certificados de origem controlada e elevada qualidade, turismo diferenciado;
- Integração do paradigma da “vida activa” no modelo urbano de Vendas Novas – exercício físico, desporto, ciclovias, passeios verdes, paisagem natural;
- Excelência ambiental – ar, água, energia renováveis, resíduos.

Eixo 4: Reforçar a capacidade institucional da Câmara Municipal de Vendas Novas e alargar as iniciativas de cooperação

- Planeamento, capacidade técnica, decisão rápida;
- Articulação Alentejo – Lisboa;
- Articulação local – regional – central;
- Cooperação público-público, público-privado e territorial.

FICHA N.º 29 - Plano Municipal do Ambiente de Vendas Novas (PMA)**Entidade que o elaborou:** Câmara Municipal de Vendas Novas, Universidade de Évora**Data:** 2003**Coordenador/Autor do Documento:** Universidade de Évora, Departamento de Biofísica**Tipo de Documento:**Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐Acção Específica ☐**Nível de Actuação:**Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒**BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO**

Instrumento da responsabilidade da CMVN, o PMA complementa outros instrumentos, nomeadamente o PDM e o Programa de Preservação Ecológica dos Vales da Landeira e Marateca. Este documento apresenta de uma forma aprofundada inúmeros factores ambientais de relevo para Vendas Novas.

OBJECTIVOS

Os objectivos do presente Plano Municipal do Ambiente são o inventário e avaliação dos recursos do Concelho de Vendas Novas, a sua articulação com as estratégias de desenvolvimento concelhio existentes, nomeadamente em termos da determinação dos factores de viabilidade e dos custos de sustentabilidade dessas estratégias e as propostas de estratégias específicas nos domínios da prevenção de factores de risco ambiental e da promoção dos factores de sustentabilidade.

VISÃO ESTRATÉGICA

O objectivo estratégico deste plano é o levantamento dos recursos naturais e humanos do concelho de Vendas Novas de forma a poder ser planeadas estratégias sustentáveis de desenvolvimento que aliem os valores naturais defendidos pelo desenvolvimento sustentável com as necessidades dos municípios.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

- Conhecimento das características naturais do território, baseado num inventário das mesmas e uma interpretação do seu funcionamento;
- Compreensão das formas em que se utiliza o território e os seus recursos naturais;
- Degradações e ameaças que actuam sobre o território;
- Conhecimento das afectações normativas sobre o solo;
- Valorização do território, em termos de méritos de conservação;
- Estimação da potencialidade do território, em termos das oportunidades que oferece, enquanto recurso e suporte para as actividades humanas;
- Estimação da fragilidade ou vulnerabilidade do território para diferentes actividades;
- Conhecimento dos riscos naturais que se dão no território e suas implicações para as actividades humanas;
- Determinação da capacidade de acolhimento do território para as diferentes actividades.

FICHA N.º 30 - Carta Educativa do Concelho de Vendas Novas

Entidade que o elaborou: CIMAC, com assessoria técnica da GEOIDEIA/PLANARQ

Data: 2006

Coordenador / Autor do Documento:

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

A Carta Educativa é entendida, a nível municipal, como o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos,

A estrutura deste relatório tem por referência o documento “Modelo de Carta Educativa” constante no anexo ao protocolo assinado entre o Ministério da Educação (através da DRE-Alentejo) e a CIMAC.

A informação utilizada neste relatório provém de três fontes:

- 1) os resultados do inquérito dirigido a cada um dos estabelecimentos de ensino tendo em vista a sua caracterização física e oferta formativa;
- 2) a informação estatística e documental fornecida pela Câmara Municipal;
- 3) os dados de caracterização do sistema e as projecções da população escolar fornecidos pela Direcção Regional de Educação do Alentejo.

No final do documento apresenta-se um Plano de Execução que concretiza as propostas efectuadas ao nível da reorganização e melhoria da rede de estabelecimentos.



OBJECTIVOS

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura;
- Assegurar a racionalização e complementaridade das ofertas de educação e formação com desenvolvimento qualitativo das mesmas;
- Promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas com vista à criação das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis;
- Efectuar uma análise de forma prospectiva - análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo a médio e longo prazo;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.

VISÃO ESTRATÉGICA

- Afirmar Vendas Novas como um pólo de atracção, influência e diálogo com concelhos limítrofes (Montemor-o-Novo, Alcácer do Sal, Palmela, Montijo e Coruche), independentemente do seu contributo enquanto Município integrante do distrito de Évora e região do Alentejo.
- Garantir uma correcta articulação entre a rede educativa, os equipamentos municipais e de outras instituições, públicas ou privadas, tendo em consideração os novos espaços territoriais de desenvolvimento municipal (Afeiteira- Misericórdia-Landeira e, fora do concelho, Pegões-Marateca-Poceirão) e a mobilidade urbana desejável (fluxos, ciclovias, percursos pedonais nas áreas urbanas, rede de transportes públicos e escolares).

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

- Valorizar do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas.
- Privilegiar como áreas estratégicas de intervenção a investigação aplicada e domínios científicos de elevada incorporação tecnológica e inovação, consolidando em Vendas Novas Centros de Inovação Tecnológica e "Ninhos de Empresas" ligadas à inovação e logística, investigação e cooperação na fileira da cortiça, biotecnologias, investigação desportiva e de tecnologias da saúde.
- Definir uma política educativa que contribua para erradicar do território concelhio e sua área de influência, o analfabetismo, a iliteracia e o insucesso e o abandono escolares.

FICHA N.º 31- Diagnóstico Social de Vendas Novas – 2007 – 2010

Entidade que o elaborou: Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia – Augusto da Silva, da Universidade de Évora

Data: 2007

Coordenador / Autor do Documento: Carlos Alberto da Silva / Marcos Olímpio, Saudade Baltazar

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☒

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O presente diagnóstico foi elaborado (com início em 2007 e conclusão em 2008), a partir de informação provocada mediante realização de entrevistas e *focus group* em que entrevistaram informantes privilegiados e, de informação disponível em várias publicações consultadas para o efeito.



OBJECTIVOS

Embora sejam vários os conceitos e orientações que sobressaem destes factos, há a relevar, no âmbito deste Diagnóstico, o conceito de Desenvolvimento Social, cujos pilares assentam: - Na erradicação da pobreza, sendo conferida especial atenção às situações de pobreza mais extremas, incluindo o acesso ao rendimento e de uma maneira geral, a promoção dos direitos económicos, sociais, culturais e civis; a promoção do emprego, mediante generalização do direito ao trabalho, convergência de esforços para a redução do desemprego através não só da sensibilização do sector mercantil para o seu papel social, mas também do desenvolvimento do mercado social de emprego, e ainda da promoção do auto-emprego e do investimento na empregabilidade (dar prioridade à educação e formação).

Na integração social entendida, como a construção de uma sociedade justa, fundada em valores tais como a defesa dos direitos humanos, a tolerância, o respeito pela diversidade, a igualdade de oportunidades, a solidariedade, a segurança e participação social, cultural e política de todos, incluindo grupos desfavorecidos e vulneráveis: a protecção e valorização da diversidade étnica, cultural, religiosa, etc. O reconhecimento da importância da família e da comunidade em matéria de

OBJECTIVOS

integração social e o apoio à dinamização e capacitação das comunidades, enquanto estratégias que poderão contribuir para a prossecução deste princípio).

VISÃO ESTRATÉGICA

Eixos de Intervenção:

- Potencial Humano e Dinâmicas Comunitárias;
- Saúde/Equipamentos e Respostas Sociais Economia e Emprego;
- Ordenamento, Qualificação Urbana e Ambiente.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

- Reforçar a dinâmica de uma sólida cultura de parceria;
- Fomentar o combate à violência doméstica e aos maus-tratos;
- Dotar de competências pessoais, parentais e profissionais grupos sociais desfavorecidos;
- Aumentar a taxa de cobertura de equipamentos e/ou respostas sociais de apoio à população idosa;
- Reforçar o alojamento em condições minimamente dignas das populações carenciadas;
- Contribuir para o aumento e qualidade do emprego e do desenvolvimento sustentável da economia;
- Contribuir para a resolução de problemas de Ordenamento, Qualificação Urbana e Ambiente;
- Promover a conciliação entre a vida familiar e profissional;
- Melhorar os recursos materiais e humanos de acompanhamento das crianças do pré-escola e do ATL;
- Estimular a adopção de estilos de vida saudáveis, através do combate aos fenómenos da adictividade e, estímulo à adopção de hábitos e práticas saudáveis;
- Adequar o nº, qualidade de equipamentos desportivos e recreativos e de outras respostas às necessidades da população jovem, adulta e idosa;
- Contribuir para as respostas que melhorem a segurança de pessoas e bens.

FICHA N.º 32 - Plano Estratégico concelhio para a Área Social de Vendas Novas – 2009 - 2017

Entidade que o elaborou : Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia – Augusto da Silva, da Universidade de Évora

Data: 2009

Coordenador / Autor do Documento: Carlos Alberto da Silva / Marcos Olímpio, Saudade Baltazar

Tipo de Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Acção Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O Plano Estratégico Concelhio para a Área Social de Vendas Novas é um instrumento de intervenção que vigorará entre 2009 e 2017, que contempla a formulação de linhas orientadoras, a concretização de objectivos traçados, e o conhecimento cíclico de resultados obtidos, com a finalidade de se atingir o mais elevado nível de Inclusão/Solidariedade social, através do reforço da coesão económica e social, o que se traduzirá na melhoria da Qualidade de Vida das populações e, por conseguinte num concelho com um mais elevado nível de desenvolvimento.



O documento é composto pelos seguintes Volumes:

Volume 1 - Mais genérico, respeita aos problemas identificados por cada uma das seguintes Áreas Estratégicas: i) Associativismo, Actividades/Equipamentos Desportivos e Recreativos, ii) Condições de Saúde e Comportamentos Aditivos, iii) Ordenamento, Qualificação Urbana, Habitação e Ambiente, iv) Justiça e Segurança de Bens e Serviços, v) Situações de Pobreza/Exclusão social, vi) Protecção e Acção Social, vii) Ensino e Formação Profissional, viii) Actividade Económica, ix) Demografia/População e x) Emprego e Desemprego;

Volume 2 - Diz respeito aos problemas específicos dos idosos;

Volume 3 - Diz respeito aos problemas específicos dos jovens;

O Plano está alicerçado nos seguintes valores civilizacionais, consagrados actualmente como pilares inalienáveis da vida social: Cidadania; Direitos Humanos; Solidariedade; Inclusão; Equidade e Desenvolvimento Sustentável.

OBJECTIVOS

- A qualificação / valorização das pessoas e das instituições;
- A promoção do espírito relacional e do capital social;
- A dotação equilibrada e funcionalidade de equipamentos e respostas sociais;
- A promoção da saúde;
- O correcto ordenamento do território e uma duradoura preservação ambiental (enquanto factores adjuvantes para um município inclusivo);
- A dinâmica sustentável da base económica (como um dos instrumentos privilegiados de combate à exclusão).

VISÃO ESTRATÉGICA

Transformar Vendas Novas num território atractivo para viver, visitar, investir e trabalhar.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

Do vasto leque de acções contempladas no plano apresenta-se um conjunto que pode ser integrado no âmbito da Agenda 21 Local, como por exemplo:

- Reforço duma política de 3ª idade, com base no envelhecimento activo e digno, que proporcione os equipamentos necessários, a melhoria das condições de saúde, de alojamento, de apoio à vida diária, e a valorização dos seniores / Criação da Universidade Sénior, e que inclua ainda estudos sobre este segmento populacional e actividades inter-geracionais;
- Concretização de iniciativas visando a preparação dos jovens para a vida, através de: i) Debates sobre o papel e problemas inerentes à juventude hoje e no futuro; ii) Eventos sobre empreendedorismo e inovação (empresarial e social) com prémios aos vencedores e certificados aos participantes, iii) Actividades sobre gestão de orçamentos pessoais e domésticos e, iv) Sensibilização para cursos de índole tecnológica;
- Valorização e qualificação da governança local com vista a melhorar a participação das populações na vida do município;
- Apoio ao reforço de parcerias, à melhoria da articulação entre instituições, e ao incremento do capital social, mediante iniciativas como por exemplo lançamento do slogan “território com futuro” ou “território para o século XXI” e promoção de Encontros bianuais sobre esta temática (ou agregá-los à Feira da Logística), captando iniciativas e propostas que se destaquem por um elevado grau de criatividade e inovação, nomeadamente social;
- Incentivo ao patrocínio e à responsabilidade social das empresas, visando em especial a promoção da melhoria das condições de vida das populações mais desfavorecidas do concelho de Vendas Novas. Promoção do voluntariado de proximidade mediante recurso a idosos capacitados e outros interessados em participar nesta actividade.

FICHA N.º 33 - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Vendas

Entidade que o elaborou: Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios com assessoria da AFLOPS

Coordenador/Autor do Documento:

Tipo de Documento: 2008

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

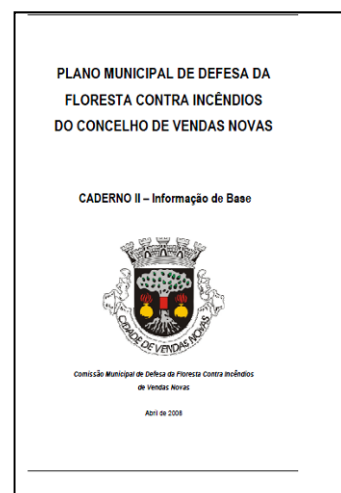
Na última década, o impacto dos incêndios florestais em Portugal agravou-se ainda mais, com áreas ardidas por fogo cada vez maiores (só em 2003 arderam mais de 280 000 ha de floresta e 170 000 ha de matos), alastrando-se os fogos a zonas rurais outrora de baixo risco de incêndio e pondo em perigo muitas populações e habitações. As consequências dos incêndios dos últimos anos foram tão graves, que o problema adquiriu uma dimensão de segurança nacional.

Neste contexto, foi aprovado o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio de 2006), onde se define um conjunto articulado de acções com vista a fomentar a gestão activa da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais.

O PNDFCI estabelece desta forma os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), que vêm operacionalizar e implementar a Estratégia Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios ao nível municipal. O PMDFCI é composto por dois volumes, onde estão presentes as seguintes temáticas:

Volume I – Plano de Acção

1. Enquadramento do Plano no âmbito do Sistemas de Gestão Territorial e no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios;
2. Análise de risco de incêndio, da vulnerabilidade ao incêndios e da zonagem do território;
3. Eixos estratégicos de actuação;

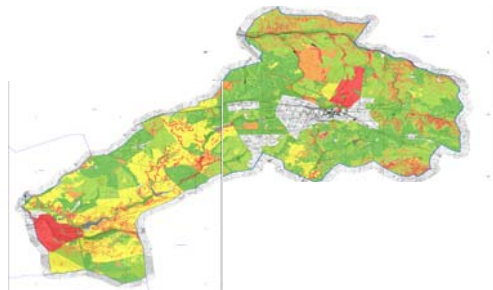


BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

4. Referências Bibliográficas;
5. Anexos.

Volume II – Informação base

Caracterização Física;
Enquadramento Geográfico e Administrativo;
Caracterização do Uso do Solo e Zonas Especiais;
Áreas protegidas, Rede Natura 2000 e Regime Florestal;
Análise do histórico e da casualidade dos incêndios florestais.



OBJECTIVOS

As acções que sustentam estes planos deverão procurar satisfazer os objectivos e as metas preconizadas nos cinco eixos estratégicos definidos no PNDFCI: promover a gestão activa da floresta e a gestão dos combustíveis florestais, reforçar as estruturas de defesa da floresta contra incêndios e de combate, educar e sensibilizar para a defesa da floresta contra os incêndios e para o uso correcto do fogo, adoptar estratégias de recuperação de áreas ardidas, e reforçar a vigilância e a fiscalização. A operacionalização das acções de vigilância, detecção, fiscalização, 1.ª intervenção e combate em particular, é concretizada através de um plano operacional municipal (POM) que deverá fazer parte integrante do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

VISÃO ESTRATÉGICA

O Plano nacional de defesa da floresta contra incêndios estabelece cinco eixos estratégicos de actuação na defesa da floresta contra incêndios, que devem estar presentes nos PMDFCI:

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Redução da incidência dos incêndios;
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperação e reabilitação dos ecossistemas; adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

O concelho de Vendas Novas, predominantemente plano, apresenta na generalidade uma perigosidade de risco de incêndio baixa a média. As áreas de perigosidade muito alta correspondem a áreas de maior declive, ou seja, às zonas adjacentes às principais ribeiras, a norte da Landeira, e principalmente a norte da Marconi, a sul da mesma no limite do concelho e na zona a norte da Ribeira de Canha.

O PMDFCI do Município de Vendas novas, assenta as suas acções de defesa e prevenção da floresta contra incêndios em 5 eixos estratégicos:

1º Eixo: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais. Para aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais o PMDFCI objectiva estrategicamente a promoção da gestão florestal e a intervenção preventiva em áreas estratégicas do Município. Nesse sentido, estabelece como objectivos operacionais, a protecção das zonas de interface Urbano/Florestal e implementado um programa eficaz de redução de combustíveis florestais;

2º Eixo: Redução da incidência dos incêndios. Neste sentido prevêem-se implementar diversas campanhas de sensibilização, em função dos segmentos populacionais definidos pelas motivações e casualidade regional, e definidas áreas críticas e prioritárias para fiscalização;

3º Eixo: Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios. Neste sentido é fundamental a organização de um dispositivo que preveja a mobilização de meios e recursos, de forma a garantir a detecção e extinção dos mesmos, devendo esta ser uma prioridade ao nível do planeamento. Para a sua operacionalização é fundamental a vigilância e a detecção de uma forma integrada, estruturar o nível municipal e distrital com a primeira intervenção, reforçar a eficácia do combate terrestre ao nível municipal e distrital e garantir uma correcta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio;

4º Eixo: Recuperar e reabilitar os ecossistemas. Com este eixo pretende-se uma avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e a implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo;

5º Eixo: Adaptação de uma estrutura orgânica funcional eficaz. Propõe-se a existência de uma organização a nível Municipal fundamentada em volta de uma política de prevenção, protecção e socorro. Neste sentido, é essencial que a CMDFCI seja operacional e que consiga fomentar e implementar operações de DFCI, garantindo, ao mesmo tempo, todo o apoio técnico e logístico necessário.

FICHA N.º 34 - Mobilidade Sustentável em Vendas Novas - Relatório de Propostas

Entidade que o elaborou: IDMEC – Instituto de Engenharia Mecânica e Instituto Superior Técnico

Tipo de Documento: 2008

Coordenador/Autor do Documento: Prof. Tiago Farias, Eng.ª Ana Vasconcelos

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☒

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O presente documento apresenta um Plano da Rede Ciclável para Vendas Novas e efectua a descrição dos vários traçados.



Rede Ciclável Potencial e algumas variantes

É efectuado o enquadramento das vias cicláveis em duas vertentes:

- Uso quotidiano – vias de utilização para fins de trabalho e educação, especialmente nos dias úteis;
- Uso cultural e de recreio (Estrutura Cultural) – vias de utilização com carácter lúdico, necessitando por isso de condições especiais para a circulação de crianças.

OBJECTIVOS

Promover a mobilidade sustentável.

VISÃO ESTRATÉGICA

Dinamização social da cidade e do seu desenvolvimento estratégico; para uma mudança real da distribuição modal.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

O Plano da Rede Ciclável descrito deverá ser enquadrado numa perspectiva mais abrangente de uma remodelação urbanística que favoreça a acessibilidade e a mobilidade sustentável como direitos intrínsecos dos cidadãos e como processos que permitam avaliar a qualidade de vida de uma dada população. É nesta acepção que o planeamento regional deve ser encarado, como uma forma de dinamização social da cidade e do seu desenvolvimento estratégico; para uma mudança real da distribuição modal, deverão ser criadas condições que favoreçam as alternativas ao deslocamento em viatura particular e que facilitem as transições de um modo de transporte para outro.

No Plano da Rede Ciclável deverão ser criadas condições para a sua aceitação e sedimentação numa população, que apesar de no passado ter promovido a bicicleta como meio de transporte local, a tem progressivamente abandonado em favor do automóvel. Promover campanhas específicas de marketing associadas à bicicleta. Nelas se deverão divulgar o esforço da autarquia em promover este modo de transporte associados à segurança e conforto da sua circulação e divulgando as vantagens que lhe são inerentes, nomeadamente ao nível da saúde, do ambiente, da eficiência energética e do seu carácter promotor da identidade de Vendas Novas.

O Centro de Educação Ambiental deverá ter um papel activo nesta campanha através de actividades organizadas em torno da bicicleta e que incentivem o seu uso, como concursos desportivos ou outras formas de competição saudável.

FICHA N.º 35 – Vendas Novas Saudável - Plano de Desenvolvimento de Saúde**Entidade que o elaborou:** Câmara Municipal de Vendas Novas**Tipo de Documento:** 2009**Coordenador/Autor do Documento:**Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐Plano ☒ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☐ Relatório ☐Acção Específica ☐**Nível de Actuação:**Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒**BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO**

O Plano de Desenvolvimento da Saúde decorre da percepção de que a saúde é não só resultado do desenvolvimento económico e social e do modelo que o assiste, como condição necessária para a sustentabilidade.

A saúde não é só o resultado do património genético que se herda, mas que é fortemente condicionada pelo ambiente e pelo modo de produção da riqueza e da sua distribuição, pela forma de exercício do poder, pela maior ou menor amplitude dos direitos laborais e sociais, pelo níveis da educação e da cultura, pela capacidade e oportunidade para dar a conhecer e criar, pelos comportamentos adoptados e pelo acesso aos recursos de protecção da saúde e de combate à doença.

O Plano de Desenvolvimento de Saúde insere-se na persistente e frutuosa actividade de planeamento promovida nas mais diversas áreas pelo Poder Local Democrático em Vendas Novas e articula-se, designadamente, com as opções que presidem ao Plano de Desenvolvimento Estratégico “Vendas Novas 2020”, ao Plano de Desenvolvimento Social de Vendas Novas e ao Plano de Intervenção Social do Município.

A concepção do Plano de Desenvolvimento de Saúde, resultou da iniciativa da Câmara Municipal de Vendas Novas como entidade promotora do Projecto Vendas Novas Saudável e reflecte, tanto nos seus objectivos e metas como nos programas e nas acções o empenho das diversas entidades que afirmam o seu compromisso com o Projecto das Cidades Saudáveis.

O Plano de Desenvolvimento de Saúde foi estruturado através da elencagem de objectivos que atravessam a vida social, profissional e pessoal dos indivíduos, desagregando-se em objectivos específicos que pugnam pela consideração do indivíduo no seu todo, ambicionando uma melhor

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

qualidade de vida para a população de Vendas Novas.

O Plano de Desenvolvimento de Saúde é composto pelos seguintes elementos:

- Preâmbulo
- Introdução Objectivo 1 – Garantir o acesso à Saúde
- Objectivo 2 – Promover a Equidade em Saúde
- Objectivo 3 – Promover Estilos de Vida Saudáveis
- Objectivo 4 – Assegurar a Qualidade Ambiental e Promover o Planeamento Urbano Saudável
- Objectivo 5 – Unir e Organizar para Agir

OBJECTIVOS**1. GARANTIR O ACESSO À SAÚDE**

- 1.1. Promover a Saúde das Crianças e dos Jovens
- 1.2. Promover a Saúde dos Adultos e dos Idosos
- 1.3. Promover a Saúde Sexual e Reprodutiva
- 1.4. Promover a Saúde dos Trabalhadores
- 1.5. Promover a Saúde dos Deficientes
- 1.6. Promover a Saúde dos Imigrantes e das Minorias Étnicas
- 1.7. Assegurar acesso a assistência médica urgente e emergente

2. PROMOVER A EQUIDADE EM SAÚDE

- 2.1. Promover a Solidariedade e a Coesão Social
- 2.2. Promover e qualificar o Emprego
- 2.3. Promover o acesso à Educação e ao Ensino
- 2.4. Promover o acesso à Cultura e a Intervenção Cultural
- 2.5. Promover o apoio aos grupos sociais mais vulneráveis, em particular às crianças e jovens de famílias com rendimento abaixo do limiar de pobreza e aos idosos com pensões iguais ou inferiores ao salário mínimo nacional
- 2.6. Qualificar o trabalho e o lazer (promover um sistema de horários, pausas, férias, equipamentos e iniciativas que contribua para a promoção das competências e a saúde física e psíquica dos indivíduos)

3. PROMOVER ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS

- 3.1 Promover a Actividade Física
- 3.2 Promover a Alimentação Saudável
- 3.3 Promover a Saúde Mental
- 3.4 Prevenir e desincentivar os Comportamentos de Risco
- 3.5 Promover a Participação Cívica

4 ASSEGURAR A QUALIDADE AMBIENTAL E PROMOVER O PLANEAMENTO URBANO SAUDÁVEL

OBJECTIVOS

- 4.1 Assegurar a qualidade do ar
- 4.2. – Reduzir os níveis de exposição ao ruído
- 4.3. – Garantir e qualificar o direito à habitação
- 4.4. – Assegurar o acesso e a qualidade da água
- 4.5. – Garantir e qualificar o saneamento básico
- 4.6. – Garantir o fornecimento de energia e promover o seu uso racional e as fontes de energia amigas do ambiente e da saúde
- 4.7. – Assegurar o acesso às redes de informação e comunicação independentes e Interactivas
- 4.8. – Promover a qualidade e segurança alimentar
- 4.9. – Preservar e qualificar o património ambiental e prevenir os riscos ambientais
- 4.10. – Assegurar o acesso e a qualidade dos espaços verdes urbanos
- 4.11. – Qualificar o espaço urbano e o acesso aos equipamentos sociais e serviços
- 4.12. – Assegurar uma rede de vias e um sistema de transportes eficaz e eficiente

5. UNIR E ORGANIZAR PARA AGIR

- 5.1 Desenvolver parcerias
- 5.2 Estimular a iniciativa e a criatividade
- 5.3 Órgãos do Projecto, a sua composição, objectivos e funcionamento
- 5.4 Aprofundar os Compromissos, Avaliar Processos e Resultados

VISÃO ESTRATÉGICA

Promover o desenvolvimento saudável, participado, harmonioso e sustentável da população de Vendas Novas.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

A Câmara Municipal assinou a Declaração de Compromisso com o Projecto das Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde em 2008. Assim o município assume o compromisso com os objectivos e estratégias do Projecto das Cidades Saudáveis e com as metas de Saúde para Todos da Organização Mundial de Saúde, e contribuindo para melhorar a qualidade de vida e a saúde de todos os munícipes. O Plano de Desenvolvimento de Saúde é um importante reflexo deste compromisso, que se articula em todas as suas vertentes com os objectivos da Agenda 21 Local de Vendas Novas.

FICHA N.º 36 – Regeneração Urbana do Centro Tradicional de Vendas Novas

Entidade que o elaborou: Câmara Municipal de Vendas Novas

Tipo de Documento: 2009

Coordenador / Autor do Documento:

Livro ☐ Tese/Trabalho Académico ☐ Artigo de Revista ☐ Programa ☐

Plano ☐ Política ☐ Estratégia ☐ Projecto ☒ Relatório ☐

Ação Específica ☐

Nível de Actuação:

Supra-Regional ☐ Regional ☐ Municipal ☒

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Apesar de estrategicamente bem localizada e funcionalmente integrada na Área Metropolitana de Lisboa, a cidade de Vendas Novas padece de dificuldades de rentabilização dos investimentos nos espaços e equipamentos públicos e de densificação dos serviços complementares imprescindíveis à construção da atractividade do seu território, problemas característicos dos pólos urbanos relativamente amovidos das principais áreas metropolitanas, mas que no caso de Vendas Novas serão possíveis de amenizar e solucionar em parte no âmbito do Programa de Acção definido para a sua Regeneração Urbana, e que se prende com o modo de inserção dos seus espaços mais emblemáticos na malha urbana, em particular o centro “cívico” tradicional e histórico da cidade e nas dinâmicas modernas de valorização da animação, mobilidade e sustentabilidade nos centros urbanos.



O Projecto Regeneração Urbana do centro Tradicional de Vendas Novas é constituído pelos seguintes elementos:

- Sumário Executivo
- Área de Intervenção e diagnóstico Prospectivo
- Estratégia Integrada de Desenvolvimento da área de Intervenção
- Programa de Acção para a Regeneração Urbana de Vendas Novas
- Candidatura ao Regulamento Específico Parcerias para a Regeneração Urbana
- Dinâmica da Implementação para a Parceria Local

OBJECTIVOS

- **Objectivo Específico 1** – Regenerar o espaço público e o ambiente urbano do centro tradicional e núcleo histórico da cidade, transformando-o num importante espaço de vivência cívica, simbólico de uma comunidade com história, e indutor de um forte sentimento de pertença.
- **Objectivo Específico 2** – Requalificar e preservar o património histórico e arquitectónico edificado, promovendo novos espaços culturais e museológicos.
- **Objectivo Específico 3** – Dotar a cidade de novos espaços verdes urbanos de qualidade e multi-funcionais promovendo o paradigma da “vida activa”, perspectivados numa lógica de integração num sistema de mobilidade sustentável (redes de ciclovias e modos de vida suaves e saudáveis).
- **Objectivo Específico 4** – Dinamizar o tecido económico e social do centro cívico de Vendas Novas, através da realização de um conjunto amplo de eventos sociais, culturais e de promoção e animação turística assentes nos produtos e serviços endógenos de qualidade atraindo novos visitantes e potenciando a revitalização do comércio local.
- **Objectivo Específico 5** – Reforçar a capacitação Institucional, administrativa e de monitorização de iniciativas de cooperação através de uma maior aproximação e agilização da relação entre o poder local e outras instituições/organismos públicos ou privados (de âmbito local, regional e nacional) bem como na melhoria dos serviços de atendimento ao cidadão.

VISÃO ESTRATÉGICA

Criar no centro da cidade de Vendas Novas a sustentabilidade de uma localização privilegiada, devidamente enraizada no modelo dos territórios sustentáveis e saudáveis, que se traduz num espaço urbano de excelência, moderno coeso e economicamente competitivo e atractivo para se Viver, Trabalhar, Investir e Visitar.

A sustentabilidade do processo de desenvolvimento subjacente a esta Visão de futuro para Vendas Novas depende em grande medida de uma adequada planificação da renovação urbana, mas também da capacidade de valorização de alguns recursos endógenos associados à agricultura, à indústria (transformação de cortiça e sector automóvel) ou à produção de energia a partir das fontes renováveis, bem como da capacidade de potenciar a captação de novos investimentos decorrentes do aproveitamento de algumas oportunidades futuras (exemplo: I&D e inovação tecnológica ao nível do “cluster automóvel” de Palmela e do emergente “cluster da indústria aeronáutica” no Alentejo e da instalação da rede ferroviária de Alta Velocidade que vai atravessar o território de Vendas Novas).

QUESTÕES ESTRATÉGICAS QUE INCIDEM NO ÂMBITO DA AGENDA 21 LOCAL DE VENDAS NOVAS

A construção e afirmação da “Atractividade Urbana de Vendas Novas”, enquanto “cidade residencial”, depende da capacidade de criar boas soluções habitacionais e de regenerar e qualificar o tecido e a vida urbana (revalorizando o papel do “centro histórico” e da “cidade velha” que caracterizam o actual “Centro Tradicional de Vendas Novas” enquanto núcleo da vida social na cidade, bem como desenvolvendo um “arco verde urbano” que qualifique o espaço público).

5. ESQUEMA CONCEPTUAL DOS DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA

A Agenda 21, adoptada na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida por Cimeira da Terra, realizada em 1992, incentivou os Estados a adoptarem estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável de modo a aplicarem e desenvolverem as decisões da Conferência, corporizadas na Agenda 21 e nos designados acordos do Rio (em particular as convenções internacionais para as alterações climáticas e para a diversidade biológica).

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (ENDS) deve, assim, reforçar e harmonizar as políticas nacionais económicas, as questões sociais e o ambiente rumo ao desenvolvimento sustentável.

Na Figura 1 apresenta-se o esquema conceptual estratégico apresentado no Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PIENDS) e que ilustra a relação entre a ENDS, o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE), o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e os Planos e Estratégias Sectoriais.

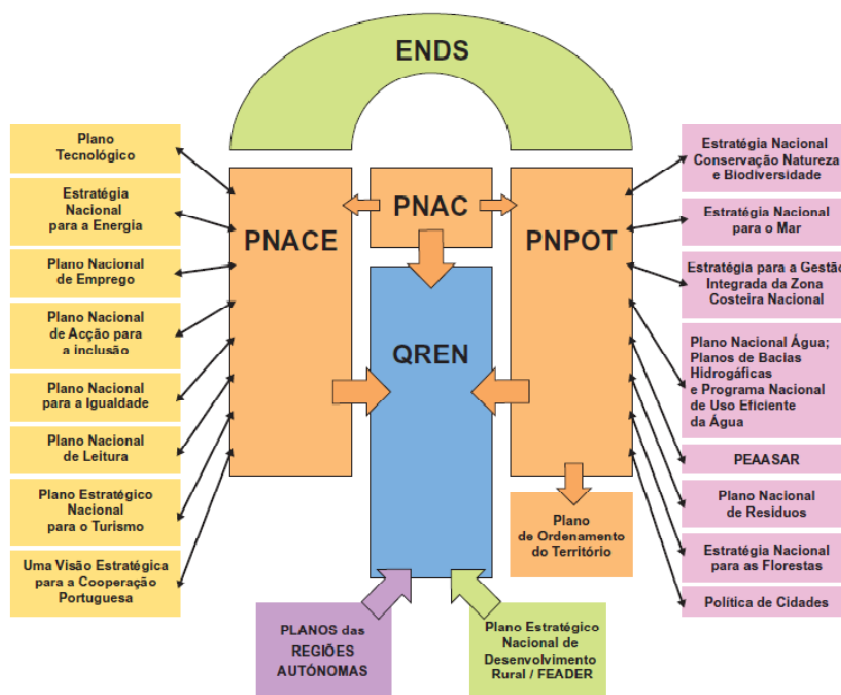


Figura 1 - Relação entre a ENDS, o QREN, o PNACE, PNAC, PNPOT e os Planos e Estratégias Sectoriais.

Fonte: PIENDS, 2015.

O QREN e os Programas Operacionais associados constituem os principais instrumentos de financiamento de actuações de carácter estratégico. O PNACE define o conjunto de acções que

enquadram as orientações da Estratégia de Lisboa; o PNPOT, complementar ao PNACE, define as grandes orientações para a organização do território e a protecção do ambiente e o PNAC integra as diferentes políticas e medidas sectoriais de combate às alterações climáticas. São estes os instrumentos chave para a concretização da ENDS até ao ano de 2015.

Da mesma forma, procurou-se no presente documento enquadrar de forma esquemática os principais instrumentos (planos, programas, estratégias) existentes a nível supra-regional, regional e municipal permitindo um olhar sobre a paisagem de propostas estratégicas e de abordagens preexistentes, que contribuam para a concretização da visão estratégica "Vendas Novas, um território para viver, investir, trabalhar e passear".

Na Figura 2 apresenta-se o Esquema Conceptual dos Documentos de Referência Estratégica do Município de Vendas Novas.



Figura 2 – Esquema Conceptual dos Documentos de Referência Estratégica de Vendas Novas.

No que diz respeito ao âmbito supra-regional, temos como principais elementos de referência a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015). Outros programas sectoriais fazem parte deste quadro conceptual e visam dar resposta à ENDS, nomeadamente as dimensões fundamentais do desenvolvimento sustentável, tais como: a conservação da natureza e da

biodiversidade, a gestão das florestas, o turismo sustentável, bem como a promoção da igualdade de oportunidades.

De entre estes programas de acção são de destacar, pelo seu especial contributo para o desenvolvimento sustentável, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Rural e, de modo muito especial, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

Ao nível regional destaca-se o PROT pois define a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas ao nível nacional e considerando as estratégias municipais de ordenamento do território e de desenvolvimento local. Constitui o quadro de referência para a elaboração dos planos especiais do ordenamento do território e dos planos municipais de ordenamento do território de Vendas Novas.

Todo este quadro de estratégias, planos e programas articulados permite-nos percorrer um caminho e definir uma visão concreta para o Concelho de Vendas Novas: "Vendas 2020: construir a sustentabilidade de uma localização privilegiada", ou seja a capacidade do concelho aproveitar as oportunidades que se abrem, num contexto de mudança, para criar melhores condições para se viver, trabalhar ou visitar o território. A estratégia deve contribuir para a construção de uma "Cidade Residencial" capaz de atrair novos fluxos populacionais, de uma "Cidade Empresarial" moderna, competitiva e geradora de emprego qualificado e de uma "Cidade Sustentável", ambientalmente equilibrada e socialmente coesa.